

LIGHT S.A.



ITR

- ✓ **Demonstrações Financeiras Referentes 1º Trimestre de 2017**
- ✓ **Parecer dos Auditores Independentes**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017**

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	10
2.	ENTIDADES DO GRUPO.....	10
3.	APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	16
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
5.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	20
6.	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES.....	21
7.	TRIBUTOS A RECUPERAR	23
8.	TRIBUTOS DIFERIDOS.....	24
9.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR	25
10.	ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES.....	27
11.	OUTROS CRÉDITOS	29
12.	INVESTIMENTOS	29
13.	IMOBILIZADO.....	37
14.	INTANGÍVEL	40
15.	FORNECEDORES.....	43
16.	TRIBUTOS A PAGAR	44
17.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	45
18.	DEBÊNTURES	50
19.	PROVISÕES.....	51
20.	CONTINGÊNCIAS.....	56
21.	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	63
22.	OUTROS DÉBITOS	65
23.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	65
24.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	67
25.	RESULTADO POR AÇÃO.....	68
26.	RECEITA LÍQUIDA	69
27.	FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	70
28.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	71
29.	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	71
30.	RESULTADO FINANCEIRO.....	72
31.	CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO.....	73
32.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	73
33.	SEGUROS	87
34.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	88
35.	TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	90
36.	EVENTOS SUBSEQUENTES	90

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.740	6.332	685.721	668.304
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	16.407	13.467
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	6	-	-	2.537.634	2.271.871
Estoques		-	-	38.985	38.948
Tributos e contribuições	7	-	-	117.862	120.561
Imposto de renda e contribuição social	7	838	801	22.712	80.715
Despesas pagas antecipadamente		5	8	28.515	29.493
Dividendos a receber	12	1.167	1.317	669	819
Serviços prestados a receber		134	108	73.504	89.412
Rendas a receber swap	32	-	-	11.475	87.282
Outros créditos	11	707	838	254.270	211.605
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		4.591	9.404	3.787.754	3.612.477
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	6	-	-	486.896	418.068
Tributos e contribuições	7	-	-	79.316	75.344
Tributos diferidos	8	-	-	609.525	592.498
Despesas pagas antecipadamente		-	-	134	148
Ativo financeiro de concessões	10	-	-	3.190.327	3.234.339
Depósitos vinculados a litígios	19	410	410	265.902	259.698
Rendas a receber swap	32	-	-	-	96.970
Outros créditos	11	-	-	1.322	1.322
Investimentos	12	3.382.610	3.345.985	686.574	664.440
Imobilizado	13	672	672	1.607.979	1.638.441
Intangível	14	-	-	3.765.273	3.736.484
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.383.692	3.347.067	10.693.248	10.717.752
TOTAL DO ATIVO		3.388.283	3.356.471	14.481.002	14.330.229

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Fornecedores	15	406	249	1.393.877	1.341.800
Tributos e contribuições	16	26	30	364.374	315.375
Imposto de renda e contribuição social	16	1	2	165.716	129.836
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	1.365.670	1.567.738
Debêntures	18	-	-	452.039	378.589
Passivos financeiros do setor	9	-	-	417.469	440.533
Rendas a pagar swap	32	-	-	13.215	43.312
Obrigações estimadas		1.842	1.563	70.946	60.897
Benefícios pós-emprego	21	4	15	172	153
Outros débitos	22	823	816	515.486	593.172
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		3.102	2.675	4.758.964	4.871.405
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	2.011.028	1.871.001
Debêntures	18	-	-	3.114.061	3.126.431
Rendas a pagar swap	32	-	-	120.685	50.341
Tributos e contribuições	16	-	-	166.624	169.789
Tributos diferidos	8	-	-	177.317	200.125
Passivos financeiros do setor	9	-	-	191.356	84.168
Provisões	19	-	-	431.062	417.874
Participações societárias a descoberto	12	-	-	-	61.481
Benefícios pós-emprego	21	-	-	49.465	48.308
Outros débitos	22	-	-	75.259	75.510
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	6.336.857	6.105.028
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	24	2.225.822	2.225.822	2.225.822	2.225.822
Reservas de lucros		843.824	843.824	843.824	843.824
Ajustes de avaliação patrimonial		365.637	370.022	365.637	370.022
Outros resultados abrangentes		(79.007)	(85.872)	(79.007)	(85.872)
Lucros acumulados		28.905	-	28.905	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.385.181	3.353.796	3.385.181	3.353.796
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.388.283	3.356.471	14.481.002	14.330.229

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.01.2017 a 31.03.2017	01.01.2016 a 31.03.2016	01.01.2017 a 31.03.2017	01.01.2016 a 31.03.2016 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	26	-	-	2.694.453	2.600.048
CUSTO DA OPERAÇÃO	28	-	-	(2.075.631)	(2.118.783)
Energia comprada para revenda	29	-	-	(1.664.403)	(1.568.137)
Pessoal		-	-	(58.219)	(46.557)
Materiais		-	-	(18.875)	(3.535)
Serviços de terceiros		-	-	(92.665)	(89.985)
Depreciações e amortizações		-	-	(120.735)	(107.906)
Custo de construção		-	-	(136.819)	(320.573)
Outras receitas e despesas / custos		-	-	16.085	17.910
LUCRO BRUTO		-	-	618.822	481.265
DESPESAS OPERACIONAIS		(2.895)	(3.312)	(280.494)	(196.300)
Despesas gerais e administrativas	28	(2.895)	(3.312)	(256.284)	(181.093)
Outras receitas		-	-	1.476	2.126
Outras despesas		-	-	(25.686)	(17.333)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	12	27.463	4.631	(13.535)	(85.392)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		24.568	1.319	324.793	199.573
RESULTADO FINANCEIRO	30	64	104	(278.316)	(156.490)
Receita		79	573	34.237	78.797
Despesa		(15)	(469)	(312.553)	(235.287)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL		24.632	1.423	46.477	43.083
Imposto de renda e contribuição social correntes	31	-	-	(61.623)	(107.300)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	-	-	39.778	65.640
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		24.632	1.423	24.632	1.423
Atribuído aos acionistas controladores		24.632	1.423	24.632	1.423
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	25	0,12	0,01		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.01.2017 a 31.03.2017	01.01.2016 a 31.03.2016	01.01.2017 a 31.03.2017	01.01.2016 a 31.03.2016
Lucro líquido do período	25	24.632	1.423	24.632	1.423
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes					
Ganhos (perdas) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	21	-	(3.775)	-	(3.775)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	12	6.865	(8.671)	6.865	(8.671)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		31.497	(11.023)	31.497	(11.023)
Atribuído aos acionistas controladores		31.497	(11.023)	31.497	(11.023)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

Notas	RESERVAS DE LUCROS						TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.225.822	261.636	582.188	370.022	(85.872)	-	3.353.796
Resultado abrangente total:							
Lucro líquido do período	25	-	-	-	-	24.632	24.632
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes							
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	12	-	-	-	6.865	-	6.865
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	(4.385)	-	4.273	(112)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017	2.225.822	261.636	582.188	365.637	(79.007)	28.905	3.385.181

Notas	RESERVAS DE LUCROS						TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2016	2.225.822	261.636	876.335	390.317	(89.047)	-	3.665.063
Resultado abrangente total:							
Lucro líquido do período	25	-	-	-	-	1.423	1.423
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes							
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	21	-	-	-	(3.775)	-	(3.775)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	12	-	-	-	(8.671)	-	(8.671)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	(4.840)	-	4.840	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	2.225.822	261.636	876.335	385.477	(101.493)	6.263	3.654.040

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	01.01.2017 a 31.03.2017	01.01.2016 a 31.03.2016	01.01.2017 a 31.03.2017	01.01.2016 a 31.03.2016
Caixa Líquido gerado das Atividades Operacionais	10.824	3.183	210.184	625.813
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	(2.831)	(3.208)	807.881	948.418
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.632	1.423	46.477	43.083
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28	-	105.945	47.018
Depreciação e amortização	28	-	128.223	121.970
Perda na venda ou baixa de intangível / imobilizado / investimento	-	-	26.210	13.131
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias de atividades financeiras	30	-	(24.052)	(149.678)
Provisão (reversão) de contingências, depósitos judiciais e atualizações	-	-	41.960	35.472
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	-	-	(6.233)	(2.238)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17/18	-	175.215	170.157
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	21	-	1.157	1.494
Variação swap	32	-	138.166	222.294
Resultado de equivalência patrimonial	12	(27.463)	13.535	85.392
Valor justo do ativo indenizável da concessão	26	-	(29.257)	(57.587)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	9	-	190.535	417.910
Variações nos Ativos e Passivos	13.655	6.391	(597.697)	(322.605)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(2.940)	(1.850)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(434.303)	(247.549)
Dividendos recebidos	12	13.150	5.797	150
Tributos, contribuições e impostos a compensar	-	(37)	(86)	79.481
Ativos e passivos financeiros do setor	-	-	(106.411)	192.423
Estoques	-	-	(37)	(2.691)
Serviços prestados a receber	(26)	(16)	15.908	(44.060)
Despesas pagas antecipadamente	3	93	992	(3.945)
Depósitos vinculados a litígios	-	(3)	(9.242)	(2.264)
Outros ativos	131	888	130.112	184.087
Fornecedores	157	(329)	37.604	(64.794)
Obrigações estimadas	279	80	10.049	8.427
Tributos, contribuições e impostos a pagar	(5)	(115)	14.950	(189.210)
Provisões	-	-	(25.734)	(15.463)
Benefícios pós-emprego	(11)	2	19	26
Outros passivos	14	80	(175.539)	(120.988)
Juros pagos	17/18	-	(115.147)	(84.936)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(17.609)	(7.723)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento	(15.416)	(42.353)	(143.215)	(132.754)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	-	(7.970)	(43.006)
Aquisições de bens do ativo intangível	-	-	(44.859)	(54.345)
Aplicações/Aquisições no investimento permanente - Aporte de investidas	12	(15.416)	(42.353)	(42.353)
Resgate de aplicações financeiras	-	-	-	6.950
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Financiamento	-	(41.030)	(49.552)	(294.896)
Dividendos pagos	-	(41.030)	-	(41.030)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17/18	-	1.139.472	120.846
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	17/18	-	(1.189.024)	(374.712)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.592)	(80.200)	17.417	198.163
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.332	83.694	668.304	447.441
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.740	3.494	685.721	645.604

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	01.01.2017 a 31.03.2017	01.01.2016 a 31.03.2016	01.01.2017 a 31.03.2017	01.01.2016 a 31.03.2016 Reapresentado
Receitas	-	-	4.543.245	4.710.092
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	4.503.973	4.424.831
Receitas referentes à construção de ativos próprios	-	-	145.217	332.279
Provisão/reversão créditos de liquidação duvidosa	28	-	(105.945)	(47.018)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.441)	(1.378)	(2.002.301)	(2.007.882)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	29	-	(1.664.403)	(1.568.137)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.378)	(337.898)	(439.745)
Valor adicionado bruto	(1.441)	(1.378)	2.540.944	2.702.210
Retenções	-	-	(128.223)	(121.970)
Depreciação e amortização	28	-	(128.223)	(121.970)
Valor adicionado líquido produzido	(1.441)	(1.378)	2.412.721	2.580.240
Valor adicionado recebido em transferência	27.542	5.204	20.702	(6.595)
Resultado de equivalência patrimonial	12	27.463	4.631	(13.535)
Receitas financeiras	30	79	573	34.237
Valor adicionado total a distribuir	26.101	3.826	2.433.423	2.573.645
Distribuição do valor adicionado	26.101	3.826	2.433.423	2.573.645
Pessoal	1.362	1.806	92.135	102.947
Remuneração direta	1.265	1.599	65.279	80.601
Benefícios	42	79	17.007	15.809
FGTS	55	128	9.550	6.003
Outros	-	-	299	534
Impostos, taxas e contribuições	95	128	1.990.771	2.209.620
Federais	95	128	935.212	1.024.714
Estaduais	-	-	1.051.738	1.182.622
Municipais	-	-	3.821	2.284
Remuneração de capitais de terceiros	12	469	325.885	259.655
Juros	12	469	317.813	241.564
Aluguéis	-	-	8.072	11.030
Outras	-	-	-	7.061
Remuneração de capitais próprios	24.632	1.423	24.632	1.423
Lucros retidos	25	24.632	1.423	24.632

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. (Companhia ou “Light”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC) sob a sigla LGSXY.

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$971.210 (R\$1.258.928 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida, conforme descrito na nota explicativa 17, assim como espera uma maior geração operacional de caixa a partir da revisão tarifária periódica, ocorrida a partir de 15 de março de 2017, que resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica de 10,45%. A Administração entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo. Cabe destacar, também, que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$210.184 no primeiro trimestre de 2017 (R\$625.813 no primeiro trimestre de 2016), o que contribuiu para uma amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures superior à captação no primeiro trimestre de 2017 no montante de R\$49.122 (R\$253.866 no primeiro trimestre de 2016). Diante deste cenário, a Companhia entende que não existe incerteza material que coloque em dúvida a continuidade operacional.

2. ENTIDADES DO GRUPO

a) Controladas Diretas

Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. (Light Energia - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades

como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (São Judas Tadeu - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o novo planejamento estratégico da Companhia.
- Central Eólica Fontainha Ltda. (Fontainha - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% do investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o novo planejamento estratégico da Companhia.
- Lajes Energia S.A (Lajes Energia – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Piraí, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia. As obras de construção da PCH Lajes foram iniciadas em setembro de 2014, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2017⁽¹⁾.
- Renova Energia S.A. (Renova Energia – 15,7%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e solar. Em 31 de dezembro de 2016, a Renova Energia tem participação direta ou indireta nessas fontes que totaliza 1.979 MW contratados, dos quais 683 MW estão em operação ou aptos a operar. A Renova Energia é controlada em conjunto pela Light Energia (15,7%), pela RR Participações S.A. (13,7% no bloco de controle), que não é parte relacionada, e pela Cemig Geração e Transmissão S.A – Cemig GT (34,2%). Os principais acionistas não controladores são BNDES Participações S.A. – BNDESPar (7,7%) e Fundo InfraBrasil FIP (9,7%). Abaixo apresentamos as empresas nas quais a Renova Energia participa:

⁽¹⁾ Os dados sobre a previsão da entrada em operação não foram auditados pelos auditores independentes.

Participações - RENOVA ENERGIA								
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	(a)	100,00%	Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	(a)	99,00%
Energética Serra da Prata S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Amescla S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	(a)	99,00%
Renova PCH Ltda.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	(a)	99,00%
Chipley SP Participações S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	(a)	99,00%
Renova Eólica Participações S.A. (Holding)	(b)	100,00%	Centrais Eólicas Manineiro S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas da Prata S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 7 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Morrão S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 8 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Seraima S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 9 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Tanque S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 10 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 11 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Ametista S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Macambira S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 12 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Borgo S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 13 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Caetité S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Tingui S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 14 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Dourados S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 15 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Espigão S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Calliandra S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Umburanas 16 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Maron S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Cansação S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umburanas 18 LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Embriçu S.A.	(a)	99,00%	Renova Comercializadora de Energia S.A.	(a)	100,00%
Centrais Eólicas Pilões S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Ico S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Bela Vista XV LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Itapuaí IV LTDA.	(a)	99,00%
Nova Energia Holding S.A. (Holding)	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Jataí S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Itapuaí V LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Abil S.A.	(b)	99,99%	Renovapar S.A.	(a)	100,00%	Centrais Eólicas Itapuaí VII LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Acácia S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Lençóis S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Itapuaí XV LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Angico S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Conquista S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Itapuaí XX LTDA.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Angelim S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	(b)	99,99%	Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Facheiro S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	(b)	99,99%	Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)	(b)	99,99%	Centrais Elétricas Sabiu S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas São Salvador S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Tabua S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Botuquara S.A.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Cedro S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	(b)	99,99%	Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(a)	99,00%	Bahia Holding S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA.	(a)	99,00%	Brasil PCH S.A.	(c)	51,00%
Espra Holding S.A.	(a)	99,00%	Parque Eólico Iansã LTDA	(a)	99,99%	Terraform Global, Inc.	(d)	11,66%
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(a)	99,99%	Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	(b)	99,00%			

(a) Controlada direta da Renova

(b) Controlada indireta da Renova

(c) Controlada em conjunto da Renova

(d) Investida direta da Renova, classificada como disponível para a venda pela Renova

- **Guanhães Energia S.A. (Guanhães Energia - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade de Ipatinga – MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%). O projeto foi impactado por questões geológicas e ambientais, ocasionando postergação na data prevista para entrada em operação das PCHs. Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018. Em 15 de dezembro de 2015, o contrato com o Consórcio Construtor das PCHs foi rescindido, sendo que as novas datas de disponibilidade para a entrada em operação comercial somente poderão ser definidas após a recontratação do escopo remanescente para continuidade e término da implantação do empreendimento. A Guanhães Energia está tomando todas as medidas necessárias à conclusão das negociações para a recontratação do escopo remanescente.**

Light Esco Prestação de Serviços S.A. (Light Esco - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais e prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do Consórcio UHE Itaocara, constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig GT participa com 49%. Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I. O empreendimento será construído no Rio Paraíba do Sul e terá capacidade instalada de 150 MW. Em 23 de outubro de 2015, o contrato de concessão foi assinado pelo Consórcio UHE Itaocara. Em 26 de abril de 2016, ocorreu a transferência da concessão para a Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. A entrada em operação da Usina está prevista para 2019⁽¹⁾. A Itaocara Energia possui participação societária na seguinte controlada em conjunto:

- Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (Hidrelétrica Itaocara – 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade o Rio de Janeiro – RJ. Controlada em conjunto pela Itaocara Energia (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. (Light Soluções - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

b) Controladas em conjunto

Lightger S.A. (Lightger) - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A Lightger construiu e opera a PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%).

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas

de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Energia Olímpica S.A. (Energia Olímpica) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectam à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas (49,9%). A construção da subestação Vila Olímpica e das duas linhas subterrâneas foram concluídas, e não são esperados efeitos materiais no processo de liquidação da Energia Olímpica.

Amazônia Energia Participações S.A. (Amazônia Energia) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para a última Unidade Geradora entrar em operação é janeiro de 2019⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Os dados sobre a previsão da entrada em operação não foram auditados pelos auditores independentes.

c) Consolidação do Grupo Light

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as participações societárias da Companhia e suas controladas, que estão consolidadas nas seguintes bases abaixo apresentadas:

	31.03.2017		31.12.2016	
	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta
Light SESA	100,0	-	100,0	-
Light Energia	100,0	-	100,0	-
Fontainha	-	100,0	-	100,0
São Judas Tadeu	-	100,0	-	100,0
Lajes	-	100,0	-	100,0
Light Esco	100,0	-	100,0	-
Lightcom	100,0	-	100,0	-
Light Soluções	100,0	-	100,0	-
Instituto Light	100,0	-	100,0	-
Itaocara Energia	100,0	-	100,0	-

d) Concessões e autorizações do Grupo Light

Segue abaixo um quadro resumo das concessões e autorizações do Grupo Light vigentes em 31 de março de 2017:

Concessões / autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
Light SESA e Light Energia	jun/1996	jun/2026
PCH Paracambi - Lightger	fev/2001	fev/2031
PCH Lajes - Lajes Energia	jul/2014	jun/2026
Centrais Eólicas - Renova Energia LER 05/2010	mar/2011 até mai/2011	mar/2046 até mai/2046
Centrais Eólicas - Renova Energia LEN 02/2011 (A-3)	mar/2012 e abr/2012	mar/2047 e abril/2047
Centrais Eólicas - Renova Energia LEN 06/2012 (A-5)	mai/2013	mai/2048
Centrais Eólicas - Renova Energia LER 05/2013	mar/2014	mar/2049
Centrais Eólicas - Renova Energia LEN 10/2013 (A-5)	nov/2013 até ago/2014	nov/2048 até ago/2049
Centrais Eólicas - Renova Energia LEN 06/2014 (A-5)	jun/2015 até ago/2015	jun/2049 até ago/2049
Centrais Eólicas - Renova Energia LER 08/2014	jun/2015	jun/2049
PCH Cachoeira da Lixa - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Colino 2 - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Colino 1 - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
Brasil PCH S.A - Renova Energia	dez/1999 até nov/2003	dez/2029 até nov/2033
PCH Dores de Guanhões - Guanhões Energia	nov/2002	nov/2032
PCH Senhora do Pôrto - Guanhões Energia	out/2002	out/2032
PCH Jacaré - Guanhões Energia	out/2002	out/2032
PCH Fortuna II - Guanhões Energia	dez/2001	dez/2031
Consórcio UHE Itaocara	out/2015	out/2045

3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A autorização para conclusão das informações financeiras intermediárias foi dada pela Administração da Companhia em 12 de maio de 2017.

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias da controladora, identificadas como Controladora, e as informações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais, ambas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em um único conjunto, lado a lado.

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com o BR GAAP e IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 23 de março de 2017. As práticas contábeis adotadas para estas informações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

a) Reclassificações nos saldos comparativos

A Administração da Companhia optou por alinhar a apresentação da demonstração do resultado com as melhores práticas das empresas do setor elétrico. Foram reclassificadas a variação cambial e monetária sobre a dívida e a variação cambial sobre faturas de energia para despesa financeira antes classificadas como receita financeira.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nas demonstrações do resultado consolidado e na demonstração do valor adicionado do período de três meses findo em 31 de março de 2016. Essas reclassificações não alteraram o resultado findo em 31 de março de 2016.

i. Demonstração do resultado referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016.

	01.01.2016 a 31.03.2016 Publicado	Reclassificações	01.01.2016 a 31.03.2016 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	2.600.048	-	2.600.048
CUSTO DA OPERAÇÃO	(2.118.783)	-	(2.118.783)
Energia comprada para revenda	(1.568.137)	-	(1.568.137)
Pessoal	(46.557)	-	(46.557)
Materiais	(3.535)	-	(3.535)
Serviços de terceiros	(89.985)	-	(89.985)
Depreciações e amortizações	(107.906)	-	(107.906)
Custo de construção	(320.573)	-	(320.573)
Outras receitas e despesas / custos	17.910	-	17.910
LUCRO BRUTO	481.265	-	481.265
DESPESAS OPERACIONAIS	(196.300)	-	(196.300)
Despesas gerais e administrativas	(181.093)	-	(181.093)
Outras receitas	2.126	-	2.126
Outras despesas	(17.333)	-	(17.333)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(85.392)	-	(85.392)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	199.573	-	199.573
RESULTADO FINANCEIRO	(156.490)	-	(156.490)
Receita	257.194	(178.397)	78.797
Despesa	(413.684)	178.397	(235.287)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	43.083	-	43.083
Imposto de renda e contribuição social correntes	(107.300)	-	(107.300)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65.640	-	65.640
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.423	-	1.423

ii. Demonstração do valor adicionado referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016.

	01.01.2016 a 31.03.2016 Publicado	Reclassificações	01.01.2016 a 31.03.2016 Reapresentado
Receitas	4.710.092	-	4.710.092
Venda de mercadorias, produtos e serviços	4.424.831	-	4.424.831
Receitas referentes à construção de ativos próprios	332.279	-	332.279
Provisão/reversão créditos de liquidação duvidosa	(47.018)	-	(47.018)
Insumos adquiridos de terceiros	(2.007.882)	-	(2.007.882)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(1.568.137)	-	(1.568.137)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(439.745)	-	(439.745)
Valor adicionado bruto	2.702.210	-	2.702.210
Retenções	(121.970)	-	(121.970)
Depreciação e amortização	(121.970)	-	(121.970)
Valor adicionado líquido produzido	2.580.240	-	2.580.240
Valor adicionado recebido em transferência	171.802	(178.397)	(6.595)
Resultado de equivalência patrimonial	(85.392)	-	(85.392)
Receitas financeiras	257.194	(178.397)	78.797
Valor adicionado total a distribuir	2.752.042	(178.397)	2.573.645
Distribuição do valor adicionado	2.752.042	(178.397)	2.573.645
Pessoal	102.947	-	102.947
Remuneração direta	80.601	-	80.601
Benefícios	15.809	-	15.809
FGTS	6.003	-	6.003
Outros	534	-	534
Impostos, taxas e contribuições	2.209.620	-	2.209.620
Federais	1.024.714	-	1.024.714
Estaduais	1.182.622	-	1.182.622
Municipais	2.284	-	2.284
Remuneração de capitais de terceiros	438.052	(178.397)	259.655
Juros	419.961	(178.397)	241.564
Aluguéis	11.030	-	11.030
Outras	7.061	-	7.061
Remuneração de capitais próprios	1.423	-	1.423
Lucros retidos	1.423	-	1.423

- b) Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores.

Em vigor a partir 1º de janeiro de 2017:

- Modificações à IAS 7 (CPC 03) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.
- Modificação à IAS 12 (CPC 32) - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Modificação à IFRS 12 (CPC 45) – Ciclos de melhorias anuais 2014-2016.

Em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros.
- IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes.
- Modificações à IFRS 10 (CPC 36) e IAS 28 (CPC 18) - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou “Joint Venture”.
- Modificações à IFRS 2 (CPC 10) - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações.
- IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas.
- Modificações à IAS 40 (CPC 28) - Transferências de propriedades de investimento.
- Modificações à IFRS 1 (CPC 37) e IAS 28 (CPC 18) - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016.

Em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data efetiva de adoção para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC e CVM.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2017. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 e IFRS 16, que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros e dos arrendamentos operacionais, respectivamente, mas que neste momento estão em avaliação pela Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Numerário disponível	59	150	6.413	34.113
Aplicações Financeiras de liquidez imediata				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.681	6.182	679.308	634.191
TOTAL	1.740	6.332	685.721	668.304

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações no consolidado é de 82,9% do CDI em 31 de março de 2017 (52,9% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 32.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.504	10.684
Fundo de investimento	2.903	2.783
TOTAL	16.407	13.467

São representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica, (iii) fundos de investimentos e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 64,3% do CDI em 31 de março de 2017 (97,3% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado					
	31.03.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecimento faturado	1.877.459	-	1.877.459	1.720.726	-	1.720.726
Fornecimento não faturado	504.465	-	504.465	514.118	-	514.118
Parcelamento de débitos	661.425	412.732	1.074.157	616.553	343.904	960.457
Comercialização no ambiente livre	192.208	-	192.208	181.508	-	181.508
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	24.054	-	24.054	23.760	-	23.760
Outras contas a receber	3.275	74.164	77.439	2.389	74.164	76.553
	3.262.886	486.896	3.749.782	3.059.054	418.068	3.477.122
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(725.252)	-	(725.252)	(787.183)	-	(787.183)
TOTAL	2.537.634	486.896	3.024.530	2.271.871	418.068	2.689.939

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

No primeiro trimestre de 2017, foram realizadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$167.876 (R\$79 no primeiro trimestre de 2016). As baixas foram realizadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do período.

Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 14,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

Em 2016, foram parcelados saldos relevantes junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, diversas Prefeituras e alguns grandes clientes. Além disso, a Companhia intensificou as ações de recuperação de energia furtada a partir do segundo semestre de 2016, sendo que para a maioria dos clientes cujas as irregularidades foram identificadas foi realizado um parcelamento dos débitos.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

FORNECIMENTO FATURADO E PARCELAMENTO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				TOTAL		PCLD	
		Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Residencial	643.059	464.744	73.020	75.457	82.263	1.338.543	1.168.375	(229.934)	(305.500)
Industrial	109.569	9.014	1.703	3.212	62.733	186.231	150.206	(57.561)	(59.372)
Comercial	94.177	81.054	29.731	36.871	261.492	503.325	503.375	(307.385)	(312.843)
Rural	1.898	912	170	389	2.855	6.224	4.893	(2.855)	(1.627)
Poder Público Federal	154.263	19.381	677	1.336	1.986	177.643	133.575	(1.942)	(1.632)
Poder Público Estadual	181.004	30.145	28.901	17.491	42.224	299.765	297.834	(42.224)	(41.809)
Poder Público Municipal	66.638	35.119	27.485	21.903	50.343	201.488	174.809	(50.343)	(43.851)
Iluminação Pública	17.226	12.493	5.822	27.649	26.836	90.026	90.937	(26.836)	(14.559)
Serviço Público	136.181	2.886	2.256	876	6.172	148.371	157.179	(6.172)	(5.990)
TOTAL	1.404.015	655.748	169.765	185.184	536.904	2.951.616	2.681.183	(725.252)	(787.183)

Em relação aos recebíveis em aberto de janeiro de 2015 a abril de 2016, referente ao Poder Público Estadual, no montante de R\$153.140, foi publicado o decreto no dia 01 de julho de 2016, que foi devidamente regulamentado pela Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro. Este decreto permitiu a compensação integral do saldo acima com valores a pagar de ICMS em até 29 parcelas. A compensação teve início na apuração do ICMS referente ao mês de agosto de 2016.

No segmento de Serviço Público, parte das faturas de um grande cliente foi assumida pelo Governo Estadual por meio de compensação de ICMS, no montante de R\$38.979, em 12 meses. O decreto para regulamentar a lei foi publicado em 30 de junho de 2016 e orientou a assinatura de um “Termo de Acordo”, que foi assinado em 29 de setembro de 2016 e permitiu o início da compensação do imposto. O restante da dívida deste cliente, no montante de R\$48.661, foi parcelado em 36 vezes, a partir de junho de 2016.

Os saldos dos parcelamentos estão distribuídos pelos vencimentos originais das faturas, sendo que não existem Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD para aqueles parcelamentos que não apresentem atrasos superiores a 90 dias.

Seguem abaixo as movimentações da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD consolidada relativa ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos no primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

SALDO EM 31.12.2016	(787.183)
(Adições) / Reversões (Nota 28)	(105.945)
Baixas	167.876
SALDO EM 31.03.2017	(725.252)

SALDO EM 01.01.2016	(705.289)
(Adições) / Reversões (Nota 28)	(47.018)
Baixas	79
SALDO EM 31.03.2016	(752.228)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 32.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado					
	31.03.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	117.862	79.316	197.178	120.561	75.344	195.905
ICMS a compensar	62.122	62.051	124.173	63.367	67.155	130.522
PIS e COFINS a compensar	-	-	-	76	-	76
PIS e COFINS diferido ^(a)	35.346	16.202	51.548	37.299	7.126	44.425
INSS	1.940	1.063	3.003	1.568	1.063	2.631
Outros	18.454	-	18.454	18.251	-	18.251
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.712	-	22.712	80.715	-	80.715
Imposto de Renda retido na fonte	22.712	-	22.712	30.315	-	30.315
Antecipações	-	-	-	50.400	-	50.400
TOTAL	140.574	79.316	219.890	201.276	75.344	276.620

^(a) Refere-se a PIS e COFINS oriundos da receita não faturada de ativos e passivos financeiros do setor, vide nota explicativa 9.

Em 31 de março de 2017, o montante de tributos a recuperar da controladora é de R\$838 (R\$801 em 31 de dezembro de 2016).

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	31.03.2017			31.12.2016		
	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	937.173	(504.965)	432.208	948.394	(556.021)	392.373
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	246.586	-	246.586	267.642	-	267.642
Provisão para participação nos lucros e resultados	11.210	-	11.210	8.847	-	8.847
Provisões para riscos (Nota 19)	146.561	-	146.561	142.077	-	142.077
Complemento plano de pensão - CVM 695/12 (Nota 21)	12.817	-	12.817	12.817	-	12.817
Outros	37.426	-	37.426	47.500	-	47.500
Prejuízos fiscais	319.132	-	319.132	319.590	-	319.590
Base negativa de contribuição social	117.915	-	117.915	118.079	-	118.079
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 32)	45.526	(3.902)	41.624	31.842	(62.646)	(30.804)
Remuneração do ativo financeiro	-	(312.705)	(312.705)	-	(302.758)	(302.758)
Custo atribuído Light Energia	-	(188.358)	(188.358)	-	(190.617)	(190.617)
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	937.173	(504.965)	432.208	948.394	(556.021)	392.373
Apresentação pelo líquido	(327.648)	327.648	-	(355.896)	355.896	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	609.525	(177.317)	432.208	592.498	(200.125)	392.373

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de março de 2017 o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de março de 2017 em até cinco anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2017	272.989
2018	248.340
2019	125.244
2020	158.395
2021	132.205
TOTAL BRUTO	937.173

A Companhia estima que a realização dos créditos fiscais diferidos ao longo do ano de 2017 será concentrada nos itens de provisão para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiro derivativos e outros.

Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido, no montante de R\$77.748 (R\$75.232 em 31 de dezembro de 2016), relativo à Controladora, tendo em vista as incertezas na sua realização.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a pagar relativos a ativos e passivos financeiros do setor incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Segue abaixo a composição do saldo de ativos e passivos financeiros do setor em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Consolidado							
	31.03.2017							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores Homologados		Próximos Reajustes		Próximos Reajustes			
ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	
Itens da Parcela A	688.983	(176.084)	-	(13.275)	-	(146.030)	688.983	(335.389)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(17.546)	-	(3.655)	-	(40.207)	-	(61.408)
Custo de aquisição de energia	626.835	-	-	(4.996)	-	(54.953)	626.835	(59.949)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(158.538)	-	(3.302)	-	(36.327)	-	(198.167)
PROINFA	45.225	-	-	-	-	-	45.225	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.425	-	-	(168)	-	(1.847)	4.425	(2.015)
Transporte de energia pela rede básica	12.498	-	-	(1.154)	-	(12.696)	12.498	(13.850)
Itens Financeiros	221.393	(1.100.492)	945	(3.593)	10.402	(39.526)	232.740	(1.143.611)
Outros itens financeiros	197.700	(1.100.492)	123	-	1.357	-	199.180	(1.100.492)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	167	-	-	(3.211)	-	(35.329)	167	(38.540)
Neutralidade da Parcela A	23.526	-	822	-	9.045	-	33.393	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	(382)	-	(4.197)	-	(4.579)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor bruto	910.376	(1.276.576)	945	(16.868)	10.402	(185.556)	921.723	(1.479.000)
Apresentação pelo líquido	(910.376)	910.376	(945)	945	(10.402)	10.402	(921.723)	921.723
TOTAL LÍQUIDO (Sem majoração de PIS/COFINS)	-	(366.200)	-	(15.923)	-	(175.154)	-	(557.277)
Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS (Nota 7)	-	(33.873)	-	(1.473)	-	(16.202)	-	(51.548)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor líquido	-	(400.073)	-	(17.396)	-	(191.356)	-	(608.825)

	Consolidado							
	31.12.2016							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores Homologados		Próximos Reajustes		Próximos Reajustes			
ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	
Itens da Parcela A	534.284	(59.124)	19.017	(31.134)	95.083	(155.669)	648.384	(245.927)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	59.034	-	-	(15.450)	-	(78.419)	59.034	(93.869)
Custo de aquisição de energia	426.699	-	17.030	-	85.148	-	528.877	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(59.124)	-	(15.684)	-	(77.250)	-	(152.058)
PROINFA	42.160	-	166	-	831	-	43.157	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	3.030	-	162	-	811	-	4.003	-
Transporte de energia pela rede básica	3.361	-	1.659	-	8.293	-	13.313	-
Itens Financeiros	112.006	(974.991)	2.612	(5.904)	13.064	(29.520)	127.682	(1.010.415)
Outros itens financeiros	33.091	(949.077)	173	-	870	-	34.134	(949.077)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	-	(25.914)	2.439	-	12.194	-	14.633	(25.914)
Neutralidade da Parcela A	78.915	-	-	(5.904)	-	(29.520)	78.915	(35.424)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor bruto	646.290	(1.034.115)	21.629	(37.038)	108.147	(185.189)	776.066	(1.256.342)
Apresentação pelo líquido	(646.290)	646.290	(21.629)	21.629	(108.147)	108.147	(776.066)	776.066
TOTAL LÍQUIDO (Sem majoração de PIS/COFINS)	-	(387.825)	-	(15.409)	-	(77.042)	-	(480.276)
Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS (Nota 7)	-	(35.874)	-	(1.425)	-	(7.126)	-	(44.425)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor líquido	-	(423.699)	-	(16.834)	-	(84.168)	-	(524.701)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor no primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

SALDO EM 31.12.2016	(524.701)
(+) Constituição ^(a)	(195.647)
(-) Amortização ^(a)	118.691
(-) Recebimento de recursos de Conta CCRBT ^(a)	(12.280)
(+) Atualização Selic (Nota 30)	5.112
SALDO EM 31.03.2017	(608.825)
SALDO EM 01.01.2016	611.676
(+) Constituição ^(a)	(446.719)
(-) Amortização ^(a)	(192.423)
(-) Recebimento de recursos de Conta ACR e CCRBT ^(a)	(5.167)
(+) Atualização Selic (Nota 30)	33.976
SALDO EM 31.03.2016	1.343

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em Receita Líquida, na rubrica ativos e passivos financeiros do setor – receita não faturada (vide nota 26), que incluíram os recursos da Conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR) e Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros do setor líquido e sem o efeito da majoração de PIS/COFINS por ciclo tarifário:

	Homologado pela Aneel no reajuste de 15.03.2017	Próximos Reajustes Tarifários	Total
Saldo homologado pela Aneel no reajuste de 15.03.2017	(402.924)	-	(402.924)
Ativos e passivos financeiros do setor (Amortização/Constituição)	36.724	(191.077)	(154.353)
SALDO EM 31.03.2017	(366.200)	(191.077)	(557.277)

a) Aprovação pela Aneel do resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da controlada Light SESA

Em 14 de março de 2017, a Aneel aprovou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da controlada Light SESA. A 4ª RTP, prevista para ocorrer em 07 de novembro de 2018, foi antecipada para 15 de março de 2017 por meio da assinatura do 5º termo aditivo ao seu contrato de concessão, aprovado na 7ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 7 de março de 2017, nos termos do Despacho ANEEL nº 2.194 de 16 de agosto de 2016.

Em decorrência da assinatura do aditivo contratual, os processos tarifários ordinários da controlada Light SESA passarão a ocorrer no dia 15 de março de cada ano, sendo que a

próxima RTP ocorrerá em 15 de março de 2022. O prazo final da concessão da Light SESA permanece em 4 de junho de 2026.

Foi efetuado o recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, que passaram a representar 36,06% do mercado de baixa tensão e o das perdas técnicas, 6,34% da Carga Fio regulatória (antes, tais repasses eram de 30,11% e 5,35%, respectivamente). As novas tarifas da controlada Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A, associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão, bem como dos componentes financeiros.

O efeito conjunto deste processo resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica da Light SESA de 10,45%, a partir de 15 de março de 2017. Os itens associados às Receitas Irrecuperáveis e à Parcela B (Distribuição), associados aos custos gerenciáveis pela Light SESA, representam 2,81% do efeito médio total.

10. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

Em março de 2017, a controlada Light SESA assinou um aditivo ao contrato de concessão que assumiu novas obrigações relacionadas a indicadores de qualidade de serviço, aderiu às cláusulas de monitoramento econômico-financeiro, de neutralidade da Parcela A e permitiu alterar a data de reajuste para março de 2017. Neste contexto, foi homologada uma nova Base de Remuneração Regulatória para a Light SESA pela Aneel.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou como valor justo o valor negativo referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão, no montante de R\$155.604, em contrapartida a receita operacional.

Movimentação dos saldos, referentes ao ativo indenizável ao final da concessão, no primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

	Consolidado		
	Ativo Financeiro Bruto	Obrigações Especiais	Ativo Financeiro Líquido
SALDO EM 31.12.2016	4.064.198	(829.859)	3.234.339
Adições ^{(a)(b)}	30.233	(103.231)	(72.998)
Valor justo – atualização VNR (Nota 26) ^(c)	36.702	(7.445)	29.257
Baixas	(271)	-	(271)
SALDO EM 31.03.2017	4.130.862	(940.535)	3.190.327

	Consolidado		
	Ativo Financeiro Bruto	Obrigações Especiais	Ativo Financeiro Líquido
SALDO EM 01.01.2016	3.330.082	(397.249)	2.932.833
Adições ^(a)	150.779	(101.116)	49.663
Valor justo – atualização VNR (Nota 26) ^(c)	62.023	(4.436)	57.587
Baixas	(2.826)	-	(2.826)
SALDO EM 31.03.2016	3.540.058	(502.801)	3.037.257

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 (vide nota explicativa 14).

^(b) Inclui (R\$97.540) referente as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos registradas em Obrigações especiais, que a partir do 4º ciclo de revisão tarifária, ocorrido em 15 de março de 2017, começaram a ser amortizadas com taxa de amortização de 3,8%.

^(c) A Resolução Normativa da Aneel 686/2015 alterou o Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), modificando o índice de atualização do ativo financeiro indenizável homologado desde o último processo de revisão tarifária, de IGPM para IPCA (vide nota explicativa 26).

11. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado					
	31.03.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Fornecedores	3.551	-	3.551	5.598	-	5.598
Contribuição Iluminação Pública	76.737	-	76.737	64.742	-	64.742
Dispêndios a Reembolsar	45.502	-	45.502	59.100	-	59.100
Desativações e Alienações em curso	63.608	-	63.608	68.054	-	68.054
Subvenção Baixa Renda	23.011	-	23.011	7.848	-	7.848
Subvenção CDE ^(a)	33.367	-	33.367	-	-	-
Outros ^(b)	8.494	1.322	9.816	6.263	1.322	7.585
TOTAL	254.270	1.322	255.592	211.605	1.322	212.927

^(a) Inclui subvenção decorrente dos Decretos nº 7.945/13 e 8.221/14.

^(b) Referente a outros créditos de naturezas diversas.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Avaliados por equivalência patrimonial: *				
Light SESA	2.453.196	2.486.026	-	-
Light Energia	379.119	329.704	-	-
Renova Energia ^{(a)(b)}	-	-	299.422	305.543
Guanhães Energia ^{(a)(b)}	-	-	13.489	(61.481)
Light Esco	142.683	141.580	-	-
Lightcom	23.298	19.131	-	-
Light Soluções	3.240	3.240	-	-
Lightger ^(b)	45.021	42.555	45.021	42.555
Itaocara Energia ^(a)	34.734	34.829	-	-
Axxiom ^(b)	18.668	20.050	18.668	20.050
Amazônia Energia ^{(a)(b)}	281.111	267.330	281.111	267.330
Energia Olímpica ^(b)	1.540	1.540	1.540	1.540
SUBTOTAL	3.382.610	3.345.985	659.251	575.537
Outros Investimentos permanentes	-	-	27.323	27.422
SUBTOTAL	-	-	27.323	27.422
Total de participações societárias a descoberto	-	-	-	61.481
TOTAL DO INVESTIMENTO	3.382.610	3.345.985	686.574	664.440

^(a) Empresa em fase pré-operacional

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial

* Instituto Light possui saldo inferior a R\$1 nos períodos apresentados.

Informações sobre as companhias controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial e saldos proporcionais) apresentadas abaixo:

Controladora									
Controladas e controladas em conjunto - Participações		Patrimônio Líquido		Dividendos a receber		Dividendos recebidos		Lucro / (Prejuízo) do período	
		31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Light SESA	100,0%	2.453.196	2.486.026	-	-	-	-	(32.830)	16.493
Light Energia	100,0%	379.119	329.704	-	-	-	-	42.661	(37.056)
Light Esco	100,0%	142.683	141.580	-	-	-	-	1.110	4.189
Lightcom	100,0%	23.298	19.131	-	-	(13.000)	(5.797)	17.167	21.003
Light Soluções	100,0%	3.240	3.240	(498)	(498)	-	-	-	(259)
Lightger	51,0%	45.021	42.555	(669)	(669)	-	-	2.467	1.589
Itaocara Energia	100,0%	34.734	34.829	-	-	-	-	(96)	(372)
Axiom	51,0%	18.668	20.050	-	(150)	(150)	-	(1.382)	(533)
Amazônia Energia	25,5%	281.111	267.330	-	-	-	-	(1.634)	(229)
Energia Olímpica	50,1%	1.540	1.540	-	-	-	-	-	-
		3.382.610	3.345.985	(1.167)	(1.317)	(13.150)	(5.797)	27.463	4.825

Consolidado									
Controladas em conjunto - Participações		Patrimônio líquido		Dividendos a receber		Dividendos recebidos		Lucro / (Prejuízo) do período	
		31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Light Energia									
Renova Energia	15,7%	299.422	305.543	-	-	-	-	(12.986)	(88.539)
Guanhães Energia	51,0%	13.489	(61.481)	-	-	-	-	-	(3.049)
Lightger	51,0%	45.021	42.555	(669)	(669)	-	-	2.467	1.589
Axiom	51,0%	18.668	20.050	-	(150)	(150)	-	(1.382)	(533)
Amazônia Energia	25,5%	281.111	267.330	-	-	-	-	(1.634)	(229)
Energia Olímpica	50,1%	1.540	1.540	-	-	-	-	-	-
		659.251	575.537	(669)	(819)	(150)	-	(13.535)	(90.761)

Outras informações:

Controladora				
Controladas e controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Light SESA	2.314.365	2.314.365	11.927.183	11.841.845
Light Energia	77.422	77.422	1.996.680	1.943.619
Light Esco	146.084	146.084	205.701	209.926
Lightcom	4.500	4.500	149.474	159.796
Light Soluções	1.350	1.350	5.930	5.930
Lightger	40.408	40.408	97.343	95.478
Itaocara Energia	43.490	43.490	41.026	41.034
Axxiom	23.766	23.766	36.376	40.447
Amazônia Energia	299.929	271.185	284.383	255.257
Energia Olímpica ⁽¹⁾	-	-	2.784	2.784

Consolidado				
Controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Light Energia				
Renova Energia	457.814	454.988	938.149	926.478
Guanhães Energia	169.650	94.680	116.314	41.344
Lightger	40.408	40.408	97.343	95.479
Axxiom	23.766	23.766	36.376	40.448
Amazônia Energia	299.929	271.185	284.383	267.354
Energia Olímpica ⁽¹⁾	-	-	2.784	2.784

⁽¹⁾ Energia Olímpica possui saldo de capital social integralizado inferior a R\$1 nos períodos apresentados.

Movimentação dos investimentos nas controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) no primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

	Controladora							31.03.2017
	31.12.2016	Aumento de capital	Dividendos	Resultados Abrangentes ^(a)	Baixa de custo atribuído	Equivalência Patrimonial		
						Outros	Resultado	
Light SESA	2.486.026	-	-	-	-	-	(32.830)	2.453.196
Light Energia	329.704	-	-	6.865	(112)	1	42.661	379.119
Light Esco	141.580	-	-	-	-	(7)	1.110	142.683
Lightcom	19.131	-	(13.000)	-	-	-	17.167	23.298
Light Soluções	3.240	-	-	-	-	-	-	3.240
Lightger	42.555	-	-	-	-	(1)	2.467	45.021
Itaocara Energia	34.829	-	-	-	-	1	(96)	34.734
Axiom	20.050	-	-	-	-	-	(1.382)	18.668
Amazônia Energia	267.330	15.416	-	-	-	(1)	(1.634)	281.111
Energia Olímpica	1.540	-	-	-	-	-	-	1.540
TOTAL	3.345.985	15.416	(13.000)	6.865	(112)	(7)	27.463	3.382.610

^(a) O resultado abrangente da controlada Light Energia é referente a ganho a valor justo proveniente de investimentos no exterior da investida indireta Renova Energia.

	Controladora							31.03.2016
	01.01.2016	Aumento de capital	Dividendos	Resultados Abrangentes ^(a)	Equivalência Patrimonial			
					Outros	Resultado		
Light SESA	2.549.436	-	-	(3.584)	-	-	16.493	2.562.345
Light Energia	690.991	-	-	(8.864)	-	-	(37.056)	645.071
Light Esco	100.074	-	(1.428)	-	2	4.189	102.837	
Lightcom	13.574	-	(5.797)	-	(1)	21.003	28.779	
Light Soluções	3.228	-	(129)	-	2	(259)	2.842	
Lightger	38.983	-	-	-	-	-	1.589	40.572
Itaocara Energia	33.361	-	-	-	(3)	(372)	32.986	
Axiom	24.685	-	-	-	1	(533)	24.153	
Amazônia Energia	169.886	42.353	-	-	(193)	(229)	211.817	
Energia Olímpica	2.497	-	-	-	-	-	-	2.497
TOTAL	3.626.715	42.353	(7.354)	(12.448)	(192)	4.825	3.653.899	

^(a) O resultado abrangente da controlada Light Energia é referente a: (i) estorno do efeito de conversão de moeda da investida indireta Renova Energia proveniente de investimentos no exterior, e (ii) registro da perda de passivo atuarial. Na controlada Light SESA o resultado abrangente é referente ao registro da perda de passivo atuarial.

	Consolidado					
	31.12.2016	Aumento de capital	Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial		31.03.2017
				Outros	Resultado	
Light Energia						
Renova Energia	305.543	-	6.865	-	(12.986)	299.422
Guanhães Energia	(61.481)	74.970	-	-	-	13.489
Lightger	42.555	-	-	(1)	2.467	45.021
Axiom	20.050	-	-	-	(1.382)	18.668
Amazônia Energia	267.330	15.416	-	(1)	(1.634)	281.111
Energia Olímpica	1.540	-	-	-	-	1.540
TOTAL	575.537	90.386	6.865	(2)	(13.535)	659.251

	Consolidado					31.03.2016
	01.01.2016	Aumento de capital	Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial		
				Outros	Resultado	
Light Energia						
Renova Energia	480.275	-	(8.671)	6.225	(88.539)	389.290
Guanhães Energia	11.858	-	-	(663)	(3.049)	8.146
Lightger	38.983	-	-	-	1.589	40.572
Axxiom	24.685	-	-	1	(533)	24.153
Amazônia Energia	169.886	42.353	-	(193)	(229)	211.817
Energia Olímpica	2.497	-	-	-	-	2.497
TOTAL	728.184	42.353	(8.671)	5.370	(90.761)	676.475

Abaixo, os saldos integrais patrimoniais de 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, e o resultado do primeiro trimestre de 2017 e de 2016 das principais controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial:

31.03.2017	Axxiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica
ATIVO						
Circulante	58.299	218	41.264	1.841.324	162.924	5.523
Caixa e Equivalente Caixa	6.994	206	36.946	25.238	148.186	2.781
Outros	51.305	12	4.318	1.816.086	14.738	2.742
Não Circulante	13.027	1.115.009	149.604	4.134.145	65.143	33
TOTAL DO ATIVO	71.326	1.115.227	190.868	5.975.469	228.067	5.556
PASSIVO						
Circulante	28.376	11	17.937	3.511.504	190.672	2.483
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.503	-	8.576	1.621.104	190.175	-
Outros	24.873	11	9.361	1.890.400	497	2.483
Não Circulante	7.977	-	84.654	538.608	10.946	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.509	-	84.654	89.946	-	-
Outros	1.468	-	-	448.662	10.946	-
Patrimônio líquido	34.973	1.115.216	88.277	1.925.357	26.449	3.073
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71.326	1.115.227	190.868	5.975.469	228.067	5.556

1º Trimestre de 2017	Axxiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Receita líquida de vendas	11.576	-	7.260	152.345	-
Custos das vendas	(13.772)	-	-	(126.316)	-
LUCRO/(PREJUÍZO) BRUTO	(2.196)	-	7.260	26.029	-
Despesas gerais e administrativas	(1.708)	(134)	(433)	(10.296)	-
Equivalência Patrimonial	-	(6.268)	-	18.887	-
Resultado financeiro líquido	(11)	(5)	(1.291)	(127.245)	-
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	(3.915)	(6.407)	5.536	(92.625)	-
Imposto de renda e contribuição social	1.206	-	(699)	(3.073)	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(2.709)	(6.407)	4.837	(95.698)	-

31.12.2016	Axxiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica
ATIVO						
Circulante	65.829	63	34.912	135.860	15.923	5.523
Caixa e Equivalente Caixa	9.041	51	31.817	35.786	1.185	2.781
Outros	56.788	12	3.095	100.074	14.738	2.742
Não Circulante	13.480	1.048.383	152.301	5.765.276	65.143	33
TOTAL DO ATIVO	79.309	1.048.446	187.213	5.901.136	81.066	5.556
PASSIVO						
Circulante	32.317	94	17.330	3.346.901	190.672	2.483
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.769	-	8.553	2.715.544	190.175	-
Outros	22.548	94	8.777	631.357	497	2.483
Não Circulante	7.678	-	86.413	598.637	10.946	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.509	-	86.413	93.338	-	-
Outros	1.169	-	-	505.299	10.946	-
Patrimônio líquido	39.314	1.048.352	83.470	1.955.598	(120.552)	3.073
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	79.309	1.048.446	187.213	5.901.136	81.066	5.556

1º Trimestre de 2016	Axxiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Receita líquida de vendas	14.051	-	5.697	96.058	-
Custos das vendas	(13.169)	-	-	(129.568)	-
LUCRO BRUTO	882	-	5.697	(33.510)	-
Despesas gerais e administrativas	(1.820)	(222)	(394)	(36.270)	-
Equivalência Patrimonial	-	(679)	-	849	(5.978)
Perda no investimento ⁽¹⁾	-	-	-	(382.911)	-
Outras receitas	-	-	-	20.373	-
Resultado financeiro líquido	41	4	(1.671)	(88.180)	-
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	(897)	(897)	3.632	(519.649)	(5.978)
Imposto de renda e contribuição social	(149)	-	(516)	(38.254)	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(1.046)	(897)	3.116	(557.903)	(5.978)

⁽¹⁾ A Renova Energia reconheceu perda de R\$382.911 no primeiro trimestre de 2016, dos quais (i) R\$271.510 referem-se à provisão para perda ao valor recuperável do investimento na Terraform Global, devido à queda no preço das ações no período, e (ii) R\$111.401 referem-se à perda estimada com a opção de venda (put) que a Renova Energia possui contra a SunEdison, uma vez que esta última anunciou que deu entrada com pedido de Recuperação Judicial em abril de 2016.

Em 31 de março de 2017, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Guanhães Energia estava superior ao ativo circulante em R\$27.748 (R\$174.749 em 31 de dezembro de 2016). Os acionistas da Guanhães Energia realizaram aporte de capital em janeiro de 2017 para a quitação de seus empréstimos tomados junto a instituições financeiras.

Em 31 de março de 2017, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Renova Energia estava superior ao ativo circulante em R\$1.670.180 (R\$3.210.536 em 31 de dezembro de 2016). Os principais motivos para o atual cenário são: (i) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação dos parques eólicos; (ii) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do Alto Sertão III e (iii) atraso na liberação do financiamento de longo prazo junto ao BNDES. Diante deste cenário, a Companhia vem executando

diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, como redução dos gastos administrativos, aportes de capital e antecipação de recursos por parte dos acionistas controladores, adiamento de determinados projetos, alienação de ativos e contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

- Consórcio UHE Itaocara

A Companhia, por meio da controlada Itaocara Energia, participa do consórcio UHE Itacara, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, 49,0%. O consórcio destina-se à exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Os saldos ativos e passivos referentes à participação no Consórcio são incorporados aos saldos da controlada. Em 28 de dezembro de 2011, foi concedida a licença prévia pelo IBAMA e, em 29 de julho de 2013, a UHE Itaocara obteve a licença de instalação, que permite o início das obras. Em 23 de outubro de 2015, o contrato de concessão foi assinado pelo Consórcio UHE Itaocara, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I, com energia vendida por 30 anos, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), ao preço de R\$154,99/MWh (data base abril de 2015). A usina será construída pela Hidrelétrica Itaocara e tem previsão de entrar em operação em 2019⁽¹⁾.

- Consórcio Maracanã Solar

A Companhia, por meio da controlada Light Esco, participa do Consórcio Maracanã Solar, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da EDF Consultoria, 49,0%. O consórcio destinava ao desenvolvimento, construção e operação de uma usina fotovoltaica, com capacidade de 391 kWp, instalada na cobertura do estádio do Maracanã. A construção foi finalizada no segundo trimestre de 2013. Nenhum saldo está reconhecido por não ter expectativa de recuperabilidade dos ativos imobilizados referentes aos investimentos feitos pelo Consórcio.

- Consórcio UHE Água Limpa

A Companhia, por meio da controlada Light Energia, participa do Consórcio UHE Água Limpa, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig GT, 49,0%. O consórcio tem por objeto o estudo na participação do projeto para a implantação, operação, manutenção e exploração comercial do empreendimento. Nenhum gasto significativo foi incorrido até 31 de março de 2017.

⁽¹⁾ Os dados sobre a previsão da entrada em operação não foram auditados pelos auditores independentes.

- Aumento de capital na controlada em conjunto Guanhães Energia S.A.

No primeiro trimestre de 2017, a controlada Light Energia efetuou aportes, no montante de R\$74.970, na controlada em conjunto Guanhães Energia, principalmente para a quitação integral das notas promissórias detidas pela Guanhães Energia e para quitar despesas do empreendimento.

- Aumento de capital na controlada em conjunto Amazônia Energia Participações S.A.

Em 31 de janeiro e 24 de fevereiro de 2017, a Companhia efetuou aportes, nos montantes de R\$7.349 e R\$3.363, respectivamente, na controlada em conjunto Amazônia Energia. Adicionalmente, em 29 de março de 2017, a Companhia aportou R\$4.703 na controlada em conjunto Amazônia Energia.

- Riscos relacionados a leis e regulamentos na investida indireta Norte Energia S.A.

Desde de 2014, o Ministério Público Federal vem investigando irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos. Neste contexto, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, dentre estes a Norte Energia, responsável pela construção da UHE Belo Monte.

O Grupo Eletrobras, que detém 49,98% do capital social da Norte Energia, contratou escritório de advocacia especializado em investigação corporativa para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos nos quais as Empresas do Grupo Eletrobras participam de forma corporativa ou minoritária.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da Norte Energia. Foi concluído que o montante atribuído a eventuais superfaturamentos provenientes de subornos e/ou de licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, foi de R\$183.000 na Norte Energia, gerando um efeito de R\$4.559 na Companhia. O impacto foi integralmente reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

13. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	31.03.2017				31.12.2016
	Taxa Média Anual	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração	3,32	2.843.495	(1.746.620)	1.096.875	1.090.360
Transmissão	3,91	51.753	(35.119)	16.634	16.721
Distribuição ^(a)	10,27	24.790	(23.893)	897	969
Administração	7,96	434.929	(224.811)	210.118	206.144
Comercialização	7,43	99.494	(24.694)	74.800	76.294
EM SERVIÇO		3.454.461	(2.055.137)	1.399.324	1.390.488
Geração		188.799	-	188.799	200.437
Administração		19.856	-	19.856	47.516
EM CURSO		208.655	-	208.655	247.953
TOTAL DO IMOBILIZADO		3.663.116	(2.055.137)	1.607.979	1.638.441

^(a) Imobilizado da distribuição refere-se a equipamentos não elétricos

Segue abaixo a mutação do imobilizado no primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

	Consolidado				Saldos em 31.03.2017
	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	(22)	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.306.209	-	-	1.834	1.308.043
Edificações, obras civis e benfeitorias	300.817	-	-	764	301.581
Máquinas e equipamentos	1.598.431	-	(5.222)	29.700	1.622.909
Veículos	14.272	-	-	-	14.272
Móveis e utensílios	105.798	-	-	-	105.798
Obrigações Especiais	(3.096)	-	-	-	(3.096)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.427.407	-	(5.244)	32.298	3.454.461
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(873.953)	(4.378)	-	-	(878.331)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(182.411)	(1.599)	-	-	(184.010)
Máquinas e equipamentos	(876.359)	(16.320)	4.567	-	(888.112)
Veículos	(12.310)	(149)	-	-	(12.459)
Móveis e utensílios	(91.956)	(361)	-	-	(92.317)
Obrigações Especiais	70	22	-	-	92
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(2.036.919)	(22.785)	4.567	-	(2.055.137)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	449	2	-	-	451
Reservatório, barragens e adutoras	15.699	1.239	-	(2.616)	14.322
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.159	136	-	(2.117)	32.178
Máquinas e equipamentos	161.393	10.228	(18.722)	(27.565)	125.334
Veículos	166	-	-	-	166
Móveis e utensílios	(1.573)	-	-	2.066	493
Estudos e Projetos	37.660	123	(6)	(2.066)	35.711
Obrigações Especiais	-	-	-	-	-
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	247.953	11.728	(18.728)	(32.298)	208.655
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.638.441	(11.057)	(19.405)	-	1.607.979

	Consolidado				Saldos em 31.03.2016
	Saldos em 01.01.2016	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	-	-	104.976
Reservatório, barragens e adutoras	1.276.706	-	-	-	1.276.706
Edificações, obras civis e benfeitorias	292.842	-	-	-	292.842
Máquinas e equipamentos	1.540.087	-	-	3.458	1.543.545
Veículos	14.589	-	(1.999)	-	12.590
Móveis e utensílios	123.641	-	(4)	255	123.892
Obrigações Especiais	(398)	-	-	-	(398)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.352.443	-	(2.003)	3.713	3.354.153
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(861.987)	(5.325)	-	-	(867.312)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(176.229)	(1.550)	-	-	(177.779)
Máquinas e equipamentos	(837.425)	(14.294)	-	-	(851.719)
Veículos	(13.730)	(94)	1.894	-	(11.930)
Móveis e utensílios	(110.571)	(577)	4	-	(111.144)
Obrigações Especiais	19	-	-	-	19
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(1.999.923)	(21.840)	1.898	-	(2.019.865)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	505	191	-	-	696
Reservatório, barragens e adutoras	39.935	1.051	-	-	40.986
Edificações, obras civis e benfeitorias	51.597	891	(675)	-	51.813
Máquinas e equipamentos	230.236	41.752	(1.839)	(3.658)	266.491
Veículos	162	2	-	-	164
Móveis e utensílios	1.830	25	-	(55)	1.800
Estudos e Projetos	32.848	177	-	-	33.025
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	357.113	44.089	(2.514)	(3.713)	394.975
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.709.633	22.249	(2.619)	-	1.729.263

No primeiro trimestre de 2017, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$3.758 (R\$1.083 no primeiro trimestre de 2016), cuja taxa média de capitalização foi de 11,2% ao ano.

(i) Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens e de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	2,70
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Reserv., barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para a maior parte de seus ativos imobilizados em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da controlada Light Energia preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser

indenizado, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsado pelo Poder Concedente.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor.

14. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	31.03.2017			31.12.2016
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	7.278.373	(4.308.935)	2.969.438	3.098.159
Outros ^(a)	724.984	(598.454)	126.530	111.045
EM SERVIÇO	8.003.357	(4.907.389)	3.095.968	3.209.204
Direito de uso da concessão	413.817	-	413.817	252.443
Outros ^(a)	255.488	-	255.488	274.837
EM CURSO	669.305	-	669.305	527.280
TOTAL INTANGÍVEL	8.672.662	(4.907.389)	3.765.273	3.736.484

^(a) Inclui basicamente softwares e serviço de passagem

O Intangível está líquido de obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrado no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão, e a outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebido como indenização ao final da concessão.

O intangível em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de março de 2017 totalizava R\$130.920 (R\$121.655 em 31 de dezembro de 2016) e respectiva provisão para desvalorização de R\$5.131 (R\$5.131 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável nos demais ativos intangíveis.

No primeiro trimestre de 2017, foi incorporado ao ativo intangível, a título de capitalização de juros, o montante de R\$8.817 (R\$8.169 no primeiro trimestre de 2016), cuja taxa média de capitalização foi de 11,2% ao ano.

A infraestrutura, utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador, sendo que, se ocorrer, deve atender à Resolução Aneel nº 20/99.

Segue abaixo a mutação do intangível no primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

	Consolidado				Saldos em 31.03.2017
	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	7.830.776	-	(1.222)	19.800	7.849.354
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(513.288)	-	-	(57.693)	(570.981)
	7.317.488	-	(1.222)	(37.893)	7.278.373
Outros	776.955	-	-	30.515	807.470
Obrigações Especiais - Outros	(82.486)	-	-	-	(82.486)
	694.469	-	-	30.515	724.984
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	8.011.957	-	(1.222)	(7.378)	8.003.357
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(4.311.292)	(101.441)	747	-	(4.411.986)
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	91.963	11.088	-	-	103.051
	(4.219.329)	(90.353)	747	-	(4.308.935)
Outros	(591.127)	(15.816)	-	-	(606.943)
Obrigações Especiais - Outros	7.703	786	-	-	8.489
	(583.424)	(15.030)	-	-	(598.454)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(4.802.753)	(105.383)	747	-	(4.907.389)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	549.290	140.756	-	(53.912)	636.134
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(296.847)	(86.394)	-	160.924	(222.317)
	252.443	54.362	-	107.012	413.817
Outros	274.837	13.787	(6.500)	(26.636)	255.488
	274.837	13.787	(6.500)	(26.636)	255.488
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	527.280	68.149	(6.500)	80.376	669.305
TOTAL	3.736.484	(37.234)	(6.975)	72.998	3.765.273

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do Ativo Financeiro da Concessão referente às Obrigações Especiais, vide nota explicativa 10.

	Consolidado				Saldos em 31.03.2016
	Saldos em 01.01.2016	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	7.607.568	-	(17.244)	86.109	7.676.433
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(376.756)	-	-	4.383	(372.373)
	<u>7.230.812</u>	<u>-</u>	<u>(17.244)</u>	<u>90.492</u>	<u>7.304.060</u>
Outros	703.999	-	-	19.175	723.174
Obrigações Especiais - Outros	-	-	-	(70.787)	(70.787)
	<u>703.999</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(51.612)</u>	<u>652.387</u>
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	7.934.811	-	(17.244)	38.880	7.956.447
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(4.119.785)	(84.423)	8.897	-	(4.195.311)
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	63.491	1.597	-	-	65.088
	<u>(4.056.294)</u>	<u>(82.826)</u>	<u>8.897</u>	<u>-</u>	<u>(4.130.223)</u>
Outros	(532.561)	(21.770)	-	-	(554.331)
Obrigações Especiais - Outros	-	5.433	-	-	5.433
	<u>(532.561)</u>	<u>(16.337)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(548.898)</u>
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(4.588.855)	(99.163)	8.897	-	(4.679.121)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	737.699	318.470	-	(243.642)	812.527
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(287.293)	(259.247)	-	167.520	(379.020)
	<u>450.406</u>	<u>59.223</u>	<u>-</u>	<u>(76.122)</u>	<u>433.507</u>
Outros	262.843	10.957	(2.165)	(12.421)	259.214
	<u>262.843</u>	<u>10.957</u>	<u>(2.165)</u>	<u>(12.421)</u>	<u>259.214</u>
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	713.249	70.180	(2.165)	(88.543)	692.721
TOTAL	4.059.205	(28.983)	(10.512)	(49.663)	3.970.047

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01, vide nota explicativa 10.

A Aneel é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente, sendo utilizada para efeitos contábeis e regulatórios, e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

As principais taxas de amortização, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Banco de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Disjuntor	3,03
Edificações	3,33
Estrutura do sistema	3,57
Medidor	7,69
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador	4,00

15. FORNECEDORES

CIRCULANTE	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Comercialização no mercado de curto prazo	366.113	247.488
Encargos de uso da rede elétrica	39.435	39.598
Energia livre – ressarcimento às geradoras	92.294	89.578
Leilões de energia	297.759	301.703
Itaipu binacional	219.063	280.280
UTE Norte Fluminense	152.897	132.136
Materiais e serviços	226.316	251.017
TOTAL	1.393.877	1.341.800

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa 32.

16. TRIBUTOS A PAGAR

	Consolidado					
	31.03.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	364.374	166.624	530.998	315.375	169.789	485.164
ICMS a pagar	154.101	-	154.101	120.715	-	120.715
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.321	166.624	189.945	22.939	169.789	192.728
PIS e COFINS a pagar	174.220	-	174.220	155.062	-	155.062
INSS	1.027	-	1.027	1.311	-	1.311
Outros	11.705	-	11.705	15.348	-	15.348
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	165.716	-	165.716	129.836	-	129.836
IRRF a pagar	809	-	809	888	-	888
Provisão de IRPJ / CSLL	164.907	-	164.907	128.948	-	128.948
TOTAL	530.090	166.624	696.714	445.211	169.789	615.000

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Consolidado								
Financiador	Controlada	Circulante			Não Circulante		Total	
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.03.2017	31.12.2016
TN - Par Bond	Light SESA	-	3.299	3.299	129.880	129.880	133.179	132.119
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(110.587)	(110.587)	(110.587)	(111.112)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	230	230	92.203	92.203	92.433	92.433
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(77.523)	(77.523)	(77.523)	(77.523)
4131 Citibank 2012	Light SESA	-	-	-	-	-	-	326.785
4131 Citibank 2014	Light SESA	-	-	-	-	-	-	326.671
4131 Citibank 2017	Light SESA	-	2.793	2.793	633.680	633.680	636.473	-
4131 Bank Tokyo 2014	Light SESA	63.368	173	63.541	-	-	63.541	65.370
4131 Bank Tokyo 2016	Light SESA	-	-	-	-	-	-	20.386
4131 Itaú 2015	Light SESA	-	-	-	-	-	-	8.219
4131 Santander 2016	Light SESA	-	-	-	-	-	-	102.756
4131 Bank BNP 2015	Light SESA	77.681	1.334	79.015	-	-	79.015	80.587
4131 China Construction Bank	Light SESA	40.556	30	40.586	81.112	81.112	121.698	126.565
4131 Citibank 2012	Light Energia	-	-	-	-	-	-	262.304
4131 Citibank 2017	Light Energia	158.420	960	159.380	63.368	63.368	222.748	-
4131 Itaú 2016	Light Energia	82.859	263	83.122	20.715	20.715	103.837	128.189
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		422.884	9.082	431.966	832.848	832.848	1.264.814	1.483.749
Eletrobras - Luz para Todos	Light SESA	121	-	121	-	-	121	172
Eletrobras - Reluz	Light SESA	1.084	-	1.084	1.773	1.773	2.857	3.153
CCB Banco do Brasil	Light SESA	-	-	-	-	-	-	157.160
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	60.000	2.514	62.514	90.000	90.000	152.514	-
CCB - CEF 2016	Light SESA	50.000	623	50.623	12.500	12.500	63.123	75.760
CCB Bradesco 2016	Light SESA	59.929	4.456	64.385	105.101	105.101	169.486	183.581
CCB - IBM (1ª liberação)	Light SESA	4.441	356	4.797	4.441	4.441	9.238	-
CCB - IBM (2ª liberação)	Light SESA	1.171	52	1.223	1.171	1.171	2.394	-
CCB - IBM (3ª liberação)	Light SESA	2.215	71	2.286	2.215	2.215	4.501	-
CCB - Santander 2017	Light SESA	80.000	3.228	83.228	40.000	40.000	123.228	-
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light SESA	2.354	8	2.362	-	-	2.362	9.448
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light SESA	2.354	9	2.363	-	-	2.363	9.452
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	11.963	79	12.042	17.942	17.942	29.984	32.959
BNDES - Capex 2009/10 Sub D	Light SESA	2	-	2	-	-	2	8
BNDES - Capex 2009/10 Sub E	Light SESA	2	-	2	-	-	2	8
BNDES - Capex 2009/10 Sub N	Light SESA	4	-	4	-	-	4	17
BNDES - Capex 2009/10 Sub O	Light SESA	4	-	4	-	-	4	17
BNDES - Capex 2009/10 Sub P	Light SESA	15	-	15	-	-	15	60
BNDES - Capex 2009/10 Sub Q	Light SESA	15	-	15	-	-	15	60
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	717	4	721	717	717	1.438	1.617
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	34.989	205	35.194	37.289	37.289	72.483	78.956
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	42.070	267	42.337	42.069	42.069	84.406	94.958
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	42.070	289	42.359	42.069	42.069	84.428	94.982
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	4	-	4	4	4	8	9
BNDES - Capex 2011/12 Sub 18	Light SESA	4	-	4	4	4	8	9
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	31.977	428	32.405	95.932	95.932	128.337	136.359
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	18.300	513	18.813	54.901	54.901	73.714	75.963
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	13.936	264	14.200	89.424	89.424	103.624	107.116
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	654	9	663	1.962	1.962	2.625	2.788
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	375	11	386	1.125	1.125	1.511	1.557
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub A	Light SESA	23.178	568	23.746	115.890	115.890	139.636	139.464
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub B	Light SESA	23.765	272	24.037	118.826	118.826	142.863	139.497
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub C	Light SESA	10.772	264	11.036	53.858	53.858	64.894	64.804
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	3.992	51	4.043	10.979	10.979	15.022	16.023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	3.992	57	4.049	10.979	10.979	15.028	16.030
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	3.195	77	3.272	8.785	8.785	12.057	12.854
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	2.328	44	2.372	8.730	8.730	11.102	11.687
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	2.340	49	2.389	8.775	8.775	11.164	11.751
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	1.874	62	1.936	7.029	7.029	8.965	9.431
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	1.607	17	1.624	9.241	9.241	10.865	11.266
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	23.193	209	23.402	96.635	96.635	120.037	125.846
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	99.846	1.380	101.226	-	-	101.226	101.283
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light Energia	100	-	100	-	-	100	402
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light Energia	100	-	100	-	-	100	402
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light Energia	744	4	748	1.116	1.116	1.864	2.051
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light Energia	4.365	13	4.378	-	-	4.378	5.487
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light Energia	2.600	8	2.608	-	-	2.608	3.260
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Lajes Energia	3.754	-	3.754	12.505	12.505	16.259	16.206
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Lajes Energia	2.456	-	2.456	10.327	10.327	12.783	11.932
BNDES - Proj Lajes	Lajes Energia	660	-	660	4.391	4.391	5.051	-
CCB BNP PARIBAS	Light Energia	138.808	5.088	143.896	-	-	143.896	143.415
CCB - Santander 2017	Light Energia	50.000	21	50.021	-	-	50.021	-
Nota Promissória - 2ª NP	Light Energia	39.300	901	40.201	20.700	20.700	60.901	-
BNDES PROESCO	Light Esco	11.669	103	11.772	39.166	39.166	50.938	54.048
RGR	Light SESA	-	246	246	-	-	246	246
Fianças bancárias diversas	-	-	-	-	-	-	-	214
Custo de captação	(35)	-	(35)	(35)	(252)	(252)	(287)	(2.550)
Custo Fee de covenants	(4.489)	-	(4.489)	(4.489)	(139)	(139)	(4.628)	(6.128)
MOEDA NACIONAL - TOTAL		910.884	22.820	933.704	1.178.180	1.178.180	2.111.884	1.954.990
TOTAL		1.333.768	31.902	1.365.670	2.011.028	2.011.028	3.376.698	3.438.739

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2017:

Financiador	Controlada	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a. ^(a)	Taxa Efetiva ^(a)	Amortização do Principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	69,80% CDI	9,64%	1996	Única	2024
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	1996	Única	2024
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	69,80% CDI	9,64%	1996	Única	2024
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	1996	Única	2024
4131 Citibank 2012	Light SESA	23.08.2012	US\$	CDI + 1,00%	15,28%	2017	Semestral	2018
4131 Citibank 2014	Light SESA	21.02.2014	US\$	CDI + 1,15%	15,45%	2018	Única	2018
4131 Citibank 2017	Light SESA	01.02.2017	US\$	CDI + 3,50%	17,88%	2017	Semestral	2019
4131 Bank Tokyo 2014	Light SESA	19.11.2014	US\$	CDI + 0,88%	14,90%	2017	Única	2017
4131 Bank Tokyo 2016	Light SESA	11.03.2016	US\$	CDI + 4,28%	N/A	2017	Única	2017
4131 Itaú 2015	Light SESA	11.12.2015	US\$	CDI + 3,50%	N/A	2016	Mensal	2017
4131 Santander 2016	Light SESA	02.02.2016	US\$	CDI + 4,01%	N/A	2017	Única	2017
4131 Bank BNP 2015	Light SESA	01.04.2015	US\$	CDI + 1,90%	16,06%	2017	Única	2017
4131 China Construction Bank	Light SESA	30.09.2016	US\$	CDI + 5,42%	19,02%	2017	Annual	2019
4131 Citibank 2012	Light Energia	02.10.2012	US\$	CDI + 1,10%	N/A	2017	Semestral	2018
4131 Citibank 2017	Light Energia	03.02.2017	US\$	CDI + 3,50%	17,88%	2017	Trimestral	2018
4131 Itaú 2016	Light Energia	09.12.2016	US\$	CDI + 5,83%	18,89%	2017	Trimestral	2018
Eletrobras - Luz para Todos	Light SESA	30.06.2008	R\$	5,00%	5,00%	2008	Mensal	2017
Eletrobras - Reluz	Light SESA	22.03.2010	R\$	5,00%	5,00%	2014	Mensal	2019
CCB Banco do Brasil	Light SESA	25.02.2013	R\$	109,3% do CDI	N/A	2017	Única	2017
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	21.02.2017	R\$	140% do CDI	15,28%	2017	Bimestral	2019
CCB - CEF 2016	Light SESA	10.06.2016	R\$	CDI + 4,05%	18,51%	2016	Trimestral	2018
CCB Bradesco 2016	Light SESA	16.11.2016	R\$	CDI + 3,50%	17,88%	2017	Trimestral	2019
CCB - IBM (1ª liberação)	Light SESA	10.01.2017	R\$	CDI + 3,90%	18,25%	2017	Trimestral	2019
CCB - IBM (2ª liberação)	Light SESA	13.02.2017	R\$	CDI + 3,90%	18,25%	2017	Trimestral	2019
CCB - IBM (3ª liberação)	Light SESA	24.02.2017	R\$	CDI + 3,90%	18,25%	2017	Trimestral	2019
CCB - Santander 2017	Light SESA	01.02.2017	R\$	CDI + 4,50%	19,02%	2017	Trimestral	2018
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	10,08%	2011	Mensal	2019
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	11,08%	2009	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	30.11.2009	R\$	4,50%	4,50%	2011	Mensal	2019
BNDES - Capex 2009/10 Sub D	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	10,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub E	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	11,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub N	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	10,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub O	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	11,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub P	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	10,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub Q	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	11,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP	7,50%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 1,81%	9,31%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 2,21%	9,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 3,21%	10,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 2,21%	9,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 18	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 3,21%	10,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	28.11.2014	URTJLP	TJLP + 2,78%	10,28%	2015	Mensal	2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	17,06%	2015	Mensal	2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	28.11.2014	R\$	6,00%	6,00%	2015	Mensal	2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	28.11.2014	URTJLP	TJLP + 2,78%	10,28%	2015	Mensal	2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	17,06%	2015	Mensal	2021
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub A	Light SESA	26.12.2016	URTJLP	TJLP + 3,74%	11,24%	2017	Mensal	2023
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub B	Light SESA	26.12.2016	URTJLP	SELIC + 4,08%	18,54%	2017	Mensal	2023
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub C	Light SESA	26.12.2016	URTJLP	TJLP + 3,74%	11,24%	2017	Mensal	2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 2,58%	10,08%	2015	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 3,58%	15,56%	2015	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	16,83%	2015	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 2,58%	10,08%	2016	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 3,58%	11,08%	2016	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	16,83%	2016	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	16.12.2013	R\$	3,50%	3,50%	2016	Mensal	2023
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	2016	Mensal	2022
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	30.12.2014	R\$	CDI + 6,65%	21,35%	2015	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light Energia	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	10,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light Energia	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	11,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light Energia	30.11.2009	URTJLP	4,50%	4,50%	2011	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light Energia	10.04.2012	URTJLP	TJLP + 1,81%	9,31%	2013	Mensal	2018
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light Energia	10.04.2012	URTJLP	TJLP + 1,81%	9,31%	2013	Mensal	2018
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Lajes Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95	10,05%	2016	Mensal	2026
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Lajes Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95	10,05%	2016	Mensal	2026
BNDES - Proj Lajes	Lajes Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95	10,05%	2017	Mensal	2026
CCB BNP PARIBAS	Light Energia	22.10.2016	R\$	CDI + 4,50%	19,02%	2017	Única	2017
CCB - Santander 2017	Light Energia	30.03.2017	R\$	CDI + 4,10%	18,01%	2017	Única	2017
Nota Promissória - 2ª NP	Light Energia	02.02.2017	R\$	CDI + 4,50%	19,02%	2017	Trimestral	2018
BNDES PROESCO	Light Esco	16.09.2008	R\$/URTJLP	TJLP + 0,53%	8,03%	2009	Mensal	2023

^(a) As taxas de juros divulgadas representam o custo efetivo da dívida, uma vez que a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos.

As principais operações financeiras no primeiro trimestre de 2017 foram:

- Em 10 de janeiro de 2017, foi realizada a 1ª liberação de R\$8.882 do contrato da controlada Light SESA com o Banco IBM. A operação tem amortizações trimestrais, com vencimento em 10 de janeiro de 2019 e taxa de CDI + 3,9% a.a.
- Em 01 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem da dívida da controlada Light SESA com o Santander, no montante de R\$120.000 através de uma Cédula de Crédito Bancário. A dívida vence no dia 1º de agosto de 2018 e tem taxa de juros de CDI + 4,5% a.a.
- Em 02 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem das dívidas das controladas Light SESA e Light Energia com o Citibank por meio de uma monetização de swap. A rolagem da Light SESA foi no valor de R\$630.000, com vencimento em 1º de novembro de 2019, e, da Light Energia, de R\$220.850, com vencimento em 1º de maio de 2018. Ambas operações foram realizadas por meio de operação 4131 com swap vinculado ao custo de CDI + 3,5% a.a.
- Em 06 de fevereiro de 2017, foi realizada a 2ª Nota Promissória da controlada Light Energia no valor de R\$60.000, sendo R\$24.700 com o Banco Itaú, R\$20.000 com o Banco BBM e R\$15.300 com Banco ABC. A operação tem vencimento em 31 de julho de 2018 e taxa de CDI + 4,5% a.a.
- Em 13 de fevereiro de 2017, foi realizada a 2ª liberação de R\$2.343 do contrato da controlada Light SESA com o Banco IBM. A operação tem amortizações trimestrais, com vencimento em 13 de fevereiro de 2019 e taxa de CDI + 3,9% a.a.
- Em 22 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem da Nota de Crédito da controlada Light SESA com o Banco do Brasil, no montante de R\$150.000. A operação tem 6 meses de carência e 6 amortizações bimestrais, com vencimento em 22 de fevereiro de 2019 e taxa de 140% do CDI.
- Em 24 de fevereiro de 2017, foi realizada a 3ª liberação de R\$ 4.430 do contrato da controlada Light SESA com o Banco IBM. A operação tem amortizações trimestrais, com vencimento em 24 de fevereiro de 2019 e taxa de CDI + 3,9% a.a.
- Em 29 de março de 2017, foi realizada a 2ª liberação de recursos no valor de R\$5.000 do BNDES para a controlada Lajes Energia referente ao financiamento de CAPEX. A operação tem taxa de juros de TJLP + 2,95% a.a. com vencimento de dez anos.
- Em 30 de março de 2017, foi realizada captação de R\$50.000 da controlada Light Energia com o Santander, através de uma Cédula de Crédito Bancário com taxa de juros de CDI + 4,1% a.a. A dívida foi quitada em 05 de maio de 2017 no montante de R\$50.705.

Além das cauções destacadas no quadro acima, os empréstimos estão garantidos por avais da controladora Light S.A., e existem recebíveis das controladas Light SESA e Light Energia, no montante de R\$1.025.383 (R\$1.172.963 em 31 de dezembro de 2016), dados em garantia para as operações junto ao BNDES.

Em 31 de março de 2017, a Light S.A tem avais, fianças ou garantias corporativas, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$6.924.936 (R\$6.754.912 em 31 de dezembro de 2016).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos em 31 de março de 2017:

	Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2018	489.646	441.480	931.126
2019	217.944	357.396	575.340
2020	177.769	-	177.769
2021	126.035	-	126.035
2022	92.952	-	92.952
após 2022	73.834	33.972	107.806
TOTAL	1.178.180	832.848	2.011.028

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados no primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2016	3.404.874	33.865	3.438.739
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.144.060	-	1.144.060
Variação monetária e cambial	(33.126)	-	(33.126)
Encargos financeiros provisionados	-	77.525	77.525
Encargos financeiros pagos	-	(82.406)	(82.406)
Amortização de financiamentos	(1.167.149)	-	(1.167.149)
Custo de captação	(4.588)	-	(4.588)
Amortização custo de captação	725	-	725
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	2.918	2.918
SALDO EM 31.03.2017	3.344.796	31.902	3.376.698

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2016	4.127.629	49.513	4.177.142
Empréstimos e financiamentos obtidos	120.846	-	120.846
Variação monetária e cambial	(171.969)	-	(171.969)
Encargos financeiros provisionados	-	69.614	69.614
Encargos financeiros pagos	-	(53.291)	(53.291)
Amortização de financiamentos	(374.712)	-	(374.712)
Amortização custo captação	1.186	-	1.186
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	220	220
SALDO EM 31.03.2016	3.702.980	66.056	3.769.036

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 32.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a um dos indicadores em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. As cédulas de crédito bancário do Bradesco, Santander, Caixa e Banco do Brasil, bem como os empréstimos com o BNP, Citibank, Bank Tokyo, Itaú, BBM, ABC, China Construction Bank e com o BNDES preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de março de 2017, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente.

18. DEBÊNTURES

Consolidado									
Emissão	Controlada	Circulante			Não Circulante			Total	
		Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	31.03.2017	31.12.2016
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	39.198	17.350	56.548	352.500	-	352.500	409.048	395.840
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	-	51.821	51.821	1.000.000	-	1.000.000	1.051.821	1.017.932
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	-	16.567	16.567	600.000	182.326	782.326	798.893	778.728
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	-	42.793	42.793	750.000	-	750.000	792.793	766.025
Debêntures 11ª Emissão	Light SESA	87.500	941	88.441	21.875	-	21.875	110.316	132.389
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	106.250	4.366	110.616	212.500	-	212.500	323.116	335.531
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	2.502	1.107	3.609	22.500	-	22.500	26.109	25.266
Debêntures 4ª Emissão	Light Energia	88.933	1.741	90.674	-	-	-	90.674	90.409
Custo de captação		(3.523)	-	(3.523)	(8.997)	-	(8.997)	(12.520)	(11.575)
Custo Fee de covenants		(5.507)	-	(5.507)	(18.643)	-	(18.643)	(24.150)	(25.525)
TOTAL		315.353	136.686	452.039	2.931.735	182.326	3.114.061	3.566.100	3.505.020

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas em 31 de março de 2017:

Emissão	Controlada	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do Principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	15,23%	2015	Anual	2026
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	15,20%	2018	Anual	2021
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	11,40%	2018	Anual	2023
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	30.04.2014	R\$	115% CDI	16,13%	2018	Anual	2020
Debêntures 11ª Emissão	Light SESA	10.06.2016	R\$	CDI + 4,05%	18,50%	2016	Anual	2018
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	29.12.2011	R\$	CDI + 1,18%	15,44%	2016	Anual	2019
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	15,44%	2015	Anual	2026
Debêntures 4ª Emissão	Light Energia	16.11.2016	R\$	CDI + 4,00%	18,45%	2017	Trimestral	2018

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos em 31 de março de 2017:

	Total
2018	661.238
2019	615.344
2020	661.985
2021	456.041
2022	166.890
após 2022	370.237
TOTAL	2.931.735

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas no primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2016	3.268.533	236.487	3.505.020
Varição monetária	-	9.074	9.074
Encargos financeiros provisionados	-	96.535	96.535
Encargos financeiros pagos	-	(32.741)	(32.741)
Amortização de debêntures	(21.875)	-	(21.875)
Amortização custo de emissão	430	-	430
Encargos capitalizados ao intangível/ imobilizado	-	9.657	9.657
SALDO EM 31.03.2017	3.247.088	319.012	3.566.100

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2016	3.218.617	178.626	3.397.243
Varição monetária	-	22.291	22.291
Encargos financeiros provisionados	-	98.098	98.098
Encargos financeiros pagos	-	(31.645)	(31.645)
Amortização custo de emissão	1.259	-	1.259
Encargos capitalizados ao intangível/ imobilizado	-	9.032	9.032
SALDO EM 31.03.2016	3.219.876	276.402	3.496.278

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 32.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a um indicador em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de março de 2017, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente.

19. PROVISÕES

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	31.03.2017			31.12.2016		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	120.012	351	120.363	123.506	354	123.860
Cíveis	159.900	57.082	216.982	145.446	50.981	196.427
Fiscais	50.980	25.101	76.081	51.036	24.962	75.998
Outras	17.563	73	17.636	21.297	292	21.589
TOTAL	348.455	82.607	431.062	341.285	76.589	417.874

Provisões para riscos:

As provisões para riscos, bem como as movimentações para o primeiro trimestre de 2017 e de 2016, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 31.12.2016	123.506	145.446	51.036	21.297	341.285
Adições	-	26.602	-	-	26.602
Atualizações	-	4.231	15	2.043	6.289
Baixas por pagamentos	(728)	(16.329)	(71)	(5.777)	(22.905)
Baixas por reversões	(2.766)	(50)	-	-	(2.816)
SALDO EM 31.03.2017	120.012	159.900	50.980	17.563	348.455
Depósitos Judiciais em 31.03.2017	27.086	7.785	3.554	-	38.425

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 01.01.2016	126.370	133.392	197.047	21.599	478.408
Adições	8.447	18.524	-	1.290	28.261
Atualizações	-	5.719	1.218	351	7.288
Baixas por pagamentos	(984)	(14.021)	(1)	-	(15.006)
Baixas por reversões	-	-	(1.485)	(141)	(1.626)
SALDO EM 31.03.2016	133.833	143.614	196.779	23.099	497.325

- a) Em 31 de março de 2017, está registrado em Depósitos vinculados a litígios o total de R\$265.902 (R\$259.698 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$38.425 (R\$36.666 em 31 de dezembro de 2016) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Trabalhistas	64.576	62.161
Cíveis	110.284	106.764
Fiscais	91.042	90.773
Total	265.902	259.698

Segue abaixo detalhamento das provisões para riscos:

Provisões Trabalhistas:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31.03.2017	31.12.2016
Funcionários próprios	65.336	67.473
Funcionários terceirizados	54.676	56.033
TOTAL	120.012	123.506

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios é maior em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

Provisões Cíveis:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31.03.2017	31.12.2016
Ações Cíveis ^(a)	117.995	108.442
Juizado Especial Cível ^(b)	15.706	12.025
Plano Cruzado ^(c)	26.199	24.979
TOTAL	159.900	145.446

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.
- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos oito principais motivos ofensores para a Companhia e suas controladas – que representam aproximadamente 66% do estoque de processos; um bloco com todos os motivos relacionados a acidentes; bem como um bloco para os demais motivos. Para os seis principais ofensores e o bloco de Demais Motivos é utilizada uma média ajustada – considerando 95% da amostra, ou seja, desconsiderando os 2,5% dos valores mais altos e mais baixos – do valor de condenação nos últimos 12 meses. No caso do bloco de acidentes é considerada a média do valor de condenação nos últimos 12 meses.
- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

Provisões Fiscais:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31.03.2017	31.12.2016
ICMS – Créditos homologados ^(a)	46.232	46.232
Outros	4.748	4.804
TOTAL	50.980	51.036

^(a) A Controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito remonta atualmente a R\$577.710. Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à Companhia, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a Light SESA apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, oposto Embargos à Execução Fiscal os quais aguardam por julgamento.

Outras Provisões:

Neste tópico, a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a Aneel:

- Auto de Infração Aneel nº 084/2015 – SFE - O Auto de Infração foi recebido pela controlada Light SESA em 06 de agosto de 2015. A SFE/Aneel fiscalizou o cumprimento dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (“PRODIST”) no que se refere aos níveis de tensão de atendimento das unidades consumidoras com medições amostrais por parte da Light SESA, nos anos de 2012 e 2013, aplicou a penalidade de multa no valor de R\$4.475 por três não conformidades identificadas. O recurso foi protocolado pela Light SESA na Aneel em 17 de agosto de 2015. Em 09 de setembro de 2015, foi publicado o despacho nº3.117/2015, que reduziu a multa de R\$4.475 para R\$4.375. Em 08 de junho de 2016, a Light SESA apresentou manifestação

complementar ao recurso. A Companhia tem provisionado R\$3.355, que é a melhor estimativa da Companhia para perda, e aguarda decisão da Aneel.

Provisões de honorários de êxito:

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis e remotas. Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação no primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 31.12.2016	354	50.981	24.962	292	76.589
Adições	123	8.180	419	-	8.722
Atualizações	-	540	724	-	1.264
Baixas por pagamentos	-	(2.142)	(683)	(4)	(2.829)
Baixas por reversões	(126)	(477)	(321)	(215)	(1.139)
SALDO EM 31.03.2017	351	57.082	25.101	73	82.607
SALDO EM 01.01.2016	-	37.035	25.991	-	63.026
Adições	-	706	1.278	-	1.984
Atualizações	-	1.334	633	-	1.967
Baixas por pagamentos	-	(254)	(203)	-	(457)
Baixas por reversões	-	(1.136)	(631)	-	(1.767)
SALDO EM 31.03.2016	-	37.685	27.068	-	64.753

20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	31.03.2017		31.12.2016	
	Saldo	Quantidade de Processos	Saldo	Quantidade de Processos
Cíveis	623.149	20.329	616.455	18.236
Trabalhistas	270.703	906	203.738	836
Fiscais	3.211.300	500	3.304.883	457
TOTAL	4.105.152	21.735	4.125.076	19.529

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

a) Cíveis

- Irregularidades – A controlada Light SESA possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, decorrentes de perdas comerciais (não técnicas) ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$47.922 (R\$35.733 em 31 de dezembro de 2016).
- Valores cobrados e faturas – Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pela controlada Light SESA para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. O montante atualmente quantificável para estas ações é de R\$73.740 (R\$71.557 em 31 de dezembro de 2016).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$32.542 (R\$33.336 em 31 de dezembro de 2016).
- Interrupção e suspensão – A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja em razão de inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores da suspensão. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$40.727 (R\$40.528 em 31 de dezembro de 2016).
- Equipamentos e redes – A controlada Light SESA possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos utilizados pela concessionária para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$6.178 (R\$6.197 em 31 de dezembro de 2016).
- Em relação às discussões cíveis, ressaltamos as ações propostas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): no primeiro trimestre de 2012, a CSN ajuizou ação pleiteando, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de

interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório do ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Assim, a exposição do risco para a Companhia é de R\$54.525 (R\$53.247 em 31 de dezembro de 2016).

- A controlada Light SESA também litiga em face da Companhia Siderúrgica Nacional numa ação rescisória movida pela CSN, através da qual a siderúrgica visa desconstituir o acórdão proferido nos autos da ação de repetição de indébito nº 1995.001.073862-2, cuja discussão era acerca da legalidade das Portarias nºs 38, de 27 de fevereiro de 1986, e 45, de 04 de março de 1986, editadas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, que promoveram o reajuste de tarifas de energia elétrica de determinada classe de unidade consumidora e que a Companhia saiu vencedora. A exposição do risco para a Companhia é de R\$169.328 (R\$158.872 em 31 de dezembro de 2016).
- A controlada Light SESA possui discussão judicial com a Valesul S.A. Trata-se de ação declaratória, movida pela Valesul, motivada pelo contrato de transporte de energia elétrica firmado em 1991, que visa o pagamento pela utilização do sistema de transporte de energia das PCHs da autora em Minas Gerais até a fábrica no Rio de Janeiro. As decisões de 1º e 2ª grau foram favoráveis à Companhia. O Recurso Especial da Valesul havia sido inadmitido mas a Valesul reverteu a inadmissão em sede de Agravo. Já o Recurso Extraordinário foi julgado deserto e também é objeto de Agravo pela Valesul. Em 2014, em sede de execução provisória, após a Companhia apresentar Carta de Fiança, que foi substituída por Seguro Garantia, levantamos os valores que estavam depositados em juízo que somavam R\$84.350. Atualmente aguardamos o julgamento dos recursos da Valesul e, neste momento, a exposição de risco da Companhia é de R\$135.581 (R\$102.191 em 31 de dezembro de 2016).
- No primeiro trimestre de 2016, a controlada Light SESA foi notificada sobre uma ação movida por um escritório de advocacia, através do qual o referido escritório pleiteia incidência de honorários de êxito, em razão da celebração de um acordo administrativo firmado entre a controlada Light SESA e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos. A Companhia entende que estes honorários não são devidos e o montante atualmente quantificável é de R\$41.339 (R\$37.889 em 31 de dezembro de 2016).
- A controlada Light SESA celebrou acordo com um reclamante em determinado processo relacionado a IPTU, em que o advogado da contraparte está pleiteando o pagamento de honorários de sucumbência. A Companhia entende que estes

honorários não são devidos. O montante atualmente quantificável é de R\$14.878 (R\$14.000 em 31 de dezembro de 2016).

- Duas ações cíveis envolvendo o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo *Generation Scaling Factor* – GSF. A ação ordinária, movida pela controlada Light Energia, Lightger e Aliança Geração de Energia S.A, processo n.º38848-51.2015.4.013400, com o objetivo de questionar a exposição financeira decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo GSF menor que 1. Na referida demanda, foi antecipado os efeitos da tutela, determinando à Agência que, até decisão final, abstenha-se de proceder o ajuste do MRE, caso a geração total do MRE seja inferior à garantia física. O valor do GSF relativo à Light Energia e a Lightger vem sendo devidamente provisionados na rubrica de fornecedores, em contrapartida ao resultado, embora os pagamentos não estejam sendo realizados em função dos efeitos da liminar mencionada acima.

Inobstante a decisão acima, foi necessário, também, o ajuizamento Mandado de Segurança, processo n.º1005338-30.2015.4.01.3400, com o objetivo de proteger a Light Energia e a Lightger dos efeitos das decisões judiciais que limitam o Fator "*Generation Scaling Factor*" – GSF dos demais agentes. Neste caso foi deferida liminar para que tanto a Light Energia quanto a Lightger não precisassem efetuar o rateio do GSF dos demais agentes.

O Mandado de Segurança foi extinto sem julgamento de mérito, tendo o juízo entendido que a Aneel não poderia figurar como autoridade coatora. Em razão desta decisão, a Companhia ajuizou nova ação ordinária, processo n.º0032638-47.2016.4.01.3400, com pedido de antecipação de tutela, visando se proteger dos efeitos das liminares dos demais agentes. A tutela antecipada foi deferida de maneira que a Light não poderá sofrer os ônus financeiros de quaisquer decisões judiciais obtidas por outros agentes, já proferidas ou que venham a ser proferidas no curso da ação, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos. O prognóstico de perda das referidas ações é possível.

b) Fiscais

- ICMS Perdas Comerciais (Autos de Infração n.º 03326780-8, 04011949-7, 03.326.784-0, 04.028.752-6, 03.380329-7, 03.380330-5 e 601367) - lavrados para cobrar ICMS, Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF) e multa (relativos aos períodos de jan/1992 a jun/1993, jan/1999 a dez/2003 e jan/2006 a dez/2013) supostamente incidentes sobre valores relativos às perdas de energia elétrica em operações anteriores à sua distribuição, realizadas entre as empresas geradoras e a controlada Light SESA. Nos autos de infração n.ºs 03.326.784-0 e 04.028.752-6, foi dado parcial provimento ao Recurso Voluntário da Light SESA para reconhecer que as perdas incorporadas na tarifa devem ser

excluídas da base de cálculo autuada. Em razão disso, já houve a redução em definitivo dessas autuações. O valor do débito envolvido passou de R\$1.507.960 para R\$290.498. A Light SESA recorreu ao Pleno do remanescente. No auto de infração nº 601367 houve decisão definitiva que excluiu da base de cálculo elementos estranhos às perdas comerciais. Contra esta decisão, a Light SESA interpôs recurso voluntário para questionar o valor remanescente, o qual aguarda julgamento. Nos autos 03326780-8, 04011949-7 e 03.380329-7 também houve o reconhecimento pela fiscalização das perdas incorporadas na tarifa. Aguarda-se julgamento dos Recursos acerca dos remanescentes. No auto 03.380330-5 foi dado parcial provimento ao Recurso Voluntário da Companhia excluindo em definitivo as perdas incorporadas na tarifa. Aguarda-se julgamento dos Recursos acerca dos remanescentes. O montante atualmente quantificável destes autos é de R\$1.121.600 (R\$1.228.100 em 31 de dezembro de 2016).

- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – (Processos 16682.720216/2010-83, 15374-001.757/2008-13, 16682.721091/2011-90 e 16682.720203/2014-38) - A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia, especialmente, a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros, e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial (conceito mais amplo que inclui variações cambiais e previsto na IN 213/02).

Para se valer dos benefícios do programa do REFIS, a Light SESA desistiu integralmente do mandado de segurança que, em razão deste fato, transitou em julgado com decisão desfavorável à Light SESA. Diante disto, alterou-se o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial, em consonância com o que fora decidido no Mandado de Segurança. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008 passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, na qual apresentamos fiança para garantia do juízo e opusemos Embargos à Execução, que aguarda julgamento.

Para 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à Companhia. Impetramos Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obtivemos liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para 2006 a 2008, foi dado provimento ao Recurso Voluntário da Companhia. A Fazenda interpôs Recurso Especial que aguarda julgamento. Em abril de 2014, a Light SESA foi autuada com relação ao ano de 2009, tendo apresentado impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. Proferido acórdão, por maioria, dando provimento parcial ao recurso voluntário para excluir a penalidade e os juros de mora. Aguardando intimação. O prognóstico de perda é considerado possível pelos assessores jurídicos e o montante atualmente quantificável é de R\$645.800 (R\$638.900 em 31 de dezembro de 2016).

- IN 86 - 2003 a 2005 (Processo 10707000751/2007-15) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O processo administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição em Dívida Ativa da União do débito objeto desta cobrança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da Companhia. A União interpôs Recurso de Apelação que aguarda julgamento. O montante atualmente quantificável, é de R\$383.600 (R\$377.800 em 31 de dezembro de 2016).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” (Processos 0342346-60.2015.8.19.0001, 0354511-42.2015.8.19.0001 e 0031148-65.2016.8.19.0001) - Autos de Infração lavrados para cobrança de ICMS incidente sobre os valores recebidos pela controlada Light SESA a título de subvenção econômica relativa aos consumidores de energia da subclasse baixa-renda oriundos do Fundo de Reserva Global de Reversão. Os processos nos E-04/059.150/2004 e E-04/054.753/2011 se encerraram na esfera administrativa desfavoravelmente à Companhia e geraram inscrições em Dívida Ativa, contra as quais foram ajuizadas Ações Anulatórias, nas quais houve o deferimento de liminar para suspensão da exigibilidade dos aludidos créditos. Os demais processos administrativos, encerraram-se na esfera administrativa com decisão desfavorável à Companhia. Ajuizada Ação Anulatória, tendo sido indeferido o pedido de liminar. Apresentado seguro para garantia do juízo. O montante atualmente quantificável é de R\$181.600 (R\$181.500 em 31 de dezembro de 2016).
- Despachos Decisórios (76 processos) proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA apresentou Manifestações de Inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em alguns casos já houve trânsito em julgado favorável a Light SESA e em outros casos houve decisões desfavoráveis, contra as quais recorreremos. O montante atualmente quantificável é de R\$289.800 (R\$244.600 em 31 de dezembro de 2016).

c) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral.

Destacamos abaixo cada um destes pedidos:

- Equiparação salarial e reflexos – com este pedido os reclamantes pretendem receber diferenças salariais alegando que exercem ou exerceram atividades idênticas a outro empregado ou ex-empregado, com a mesma produtividade e perfeição técnica, e que, no entanto, recebiam salários diferentes. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$14.424 (R\$14.112 em 31 de dezembro de 2016).
- Horas extras e reflexos – pretendem os reclamantes o pagamento de horas extras alegando que teriam realizado suas atividades em jornada extraordinária, e que essas horas não teriam sido pagas e nem compensadas. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$69.969 (R\$63.004 em 31 de dezembro de 2016).
- Acidente de trabalho - Acidentes de trabalho de empregados/ex-empregados ou prestadores de serviço alegando responsabilidade da Light, pretendendo indenizações e pensões vitalícias. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$14.646 (R\$14.628 em 31 de dezembro de 2016).
- Diferença de adicional de periculosidade – a Companhia, no passado, praticou o pagamento do referido adicional de 30% do salário base até abril de 2012, conforme disposto em Acordo Coletivo 2011/2012. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$56.039 (R\$55.177 em 31 de dezembro de 2016).
- Dano moral – pedido feito com diferentes fundamentações: perseguição, assédio moral, falta de segurança (atuação em área de risco) e outros. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$29.882 (R\$27.242 em 31 de dezembro de 2016).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$13.742 (R\$14.713 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em

decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

A seguir destacamos os processos em andamento, cujo prognóstico de perda é remoto, com valores significativos em discussão, os quais, em caso de decisão desfavorável, podem impactar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto:

a) Fiscais

- PASEP/PIS (Processo 15374002130/2006-18) – Glosa de Compensação efetuada pela controlada Light SESA de créditos de PASEP com débitos de PIS. Julgada improcedente a impugnação da Companhia. Interposto Recurso Voluntário. Proferida decisão pelo Conselho determinando a baixa do processo à 1ª instância para apuração do crédito em discussão no processo. O montante atualmente quantificável é de R\$304.500 (R\$301.900 em 31 de dezembro de 2016).
- IRRF Glosa de Compensação LIR/LOI (Processo 10768.002.435/2004-11) - Não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no ano-base 2002. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela controlada Light SESA. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto. Considerando a decisão favorável obtida, em agosto de 2012, do processo 18471002113/2004-09, que impacta diretamente neste caso, o prognóstico de perda é remoto. O montante atualmente quantificável, é de R\$245.100 (R\$242.400 em 31 de dezembro de 2016).

21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

	Consolidado					
	31.03.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	-	49.465	49.465	-	48.308	48.308
Outros	172	-	172	153	-	153
TOTAL	172	49.465	49.637	153	48.308	48.461

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia assumiu uma dívida de R\$31.976 em decorrência do déficit técnico acumulado pelo plano C saldado, oriundo de alteração da tabela de mortalidade mediante teste anual de aderência da tabela, conforme estabelecido nos contratos de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, assinado em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de março de 2016, foi assinado o primeiro termo aditivo aos contratos de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, em que os termos dos contratos foram atualizados após as edições das Resoluções do Conselho Nacional de Previdência

Complementar nº 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014. Além disso, foi alterado o prazo dos contratos para 2026 e assumido o déficit técnico acumulado de 2015 do plano C Saldado, o que fez com que a Companhia assumisse, em 31 de março de 2016, uma dívida de R\$5.720 (reconhecido líquido de impostos em outros resultados abrangentes no montante de R\$3.775).

No termo aditivo, ficou definido que os montantes reconhecidos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de março de 2016, em decorrência dos déficits técnicos, serão quitados em 2019, sendo atualizados por IPCA mais 5,58%.

Abaixo, a movimentação ocorrida no passivo contratual no primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

	Consolidado
	Não Circulante
SALDO EM 31.12.2016	48.308
Atualizações no resultado do período	1.157
SALDO EM 31.03.2017	49.465

	Consolidado
	Não Circulante
SALDO EM 01.01.2016	37.189
Atualizações no resultado do período	1.494
Atualizações no resultado abrangente	5.720
SALDO EM 31.03.2016	44.403

22. OUTROS DÉBITOS

	Consolidado					
	31.03.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Encargos Regulatórios	332.110	-	332.110	424.381	-	424.381
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.175	-	2.175	2.591	-	2.591
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	3.297	-	3.297	4.131	-	4.131
Programa de Eficiência Energética – PEE	106.758	-	106.758	95.607	-	95.607
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	62.352	-	62.352	57.451	-	57.451
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	157.528	-	157.528	262.980	-	262.980
Quota de reserva global de reversão – RGR	-	-	-	1.621	-	1.621
Outros	183.376	75.259	258.635	168.791	75.510	244.301
Adiantamento de Clientes	8.291	-	8.291	7.254	-	7.254
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.045	-	3.045	3.897	-	3.897
Taxa de Iluminação Pública	113.016	-	113.016	88.776	-	88.776
Reserva para reversão	-	69.933	69.933	-	69.933	69.933
Provisão Para Demissão Voluntária	4.964	-	4.964	8.806	-	8.806
Outros ^(a)	54.060	5.326	59.386	60.058	5.577	65.635
TOTAL	515.486	75.259	590.745	593.172	75.510	668.682

^(a) Referente a outros débitos de naturezas diversas.

- Programa de demissão voluntária

Em 04 de abril de 2016, a Companhia divulgou um Programa de Demissão Voluntária (PDV) para os empregados. As principais condições para a adesão ao PDV era ter mais de 10 anos de empresa, mais de 55 anos de idade até a rescisão e reunir condições legais de se aposentar. Os benefícios são, além das verbas rescisórias legais, de 2,5 a 5 salários base e a prorrogação no plano de saúde por um período de 12 meses. A adesão ao programa foi autorizada até o dia 20 de abril de 2016, sendo que as rescisões do contrato de trabalho ocorreram até o dia 02 de maio de 2017. Dos 224 empregados que aderiram ao Programa, 192 empregados tiveram seus contratos de trabalho rescindidos até 31 de março de 2017, incorrendo em custos de R\$24.059, sendo R\$3.909 no primeiro trimestre de 2017. O montante ainda devido de indenização compensatória é estimado em R\$4.964.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2017, a Light S.A. tinha como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e Rio Minas Energia Participações S.A. (RME).

As participações em controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota explicativa 2.

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados:

a.1) Ativos e receitas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
						31.03.2017	31.12.2016	01.01.2017 a 31.03.2017	01.01.2016 a 31.03.2016
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A ⁽¹⁾	63	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	63	61	233	176
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light SESA com a Lightger - Está sob controle comum	N/A ⁽¹⁾	32	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	32	31	96	89
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light Energia com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A ⁽¹⁾	12	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	12	11	34	32
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	4.325	2.266	dez/2012 a abr/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	76	76	231	2.016
Outros Créditos - Adiantamento da Lightcom para pagamento de fatura de energia da Renova Energia	10.000	-	-	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	216	-

⁽¹⁾ Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

b) Passivos e despesas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
						31.03.2017	31.12.2016	01.01.2017 a 31.03.2017	01.01.2016 a 31.03.2016
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	614.049	-	jan/2006 a dez/2038	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	-	-	-	(615)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	275.238	-	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	2.083	5.754	(21.270)	(18.358)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A ⁽¹⁾	711	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	711	708	(1.614)	(1.349)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	217.213	1.726	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	1.726	1.365	(5.044)	(4.577)
Fornecedor - Compromisso com prestação de serviços da Ativa Data Center com a Light SESA e Light Energia - Participa do grupo controlador	16.393	-	Ago/2011 a Jan/2016	Termos e condições acordados entre as partes	Não atendimento de algum índice contratual por 3 meses consecutivos	-	-	-	(341)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Light SESA com a Axiom - Está sob controle comum	N/A ⁽²⁾	904	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	904	6.491	(2.970)	(3.302)
Plano Previdenciário - Compromisso da Light S.A, Light SESA, Light Energia, Light Esco e Lightcom com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da fundação	42.726	49.637	Dez/2013 a Jun/2026.	IPCA + 5,58% a.a.	N/A	49.637	48.461	(1.157)	(1.494)

⁽¹⁾ Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

⁽²⁾ O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.

A controlada Lightcom possui contratos de compra e venda de energia incentivada de 67 MW médios com início do suprimento, de forma escalonada, de julho de 2014 a agosto de 2035. A energia será proveniente de projetos do portfólio da controlada em conjunto Renova Energia.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

i. Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo ao primeiro trimestre de 2017 e de 2016:

	1º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Honorários e benefícios de curto prazo	507	422	2.429	2.265
Bônus	201	128	2.086	1.539
Encargos Sociais	115	153	625	1.330
Benefícios pós-emprego	9	6	91	66
Benefícios assistenciais	19	18	416	231
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	171	-	2.049
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO	851	898	5.647	7.480

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de março de 2017, o capital social da Light S.A. está representado por 203.934.060 ações ordinárias escriturais sem valor nominal (203.934.060 em 31 de dezembro de 2016), sendo o seu capital social de R\$2.225.822 (R\$2.225.822 em 31 de dezembro de 2016), conforme a seguir:

ACIONISTAS	31.03.2017		31.12.2016	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
GRUPO CONTROLADOR	106.304.597	52,13	106.304.597	52,12
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03
OUTROS	97.629.463	47,87	97.629.463	47,88
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	19.140.808	9,39	19.140.808	9,39
Público	78.488.655	38,49	78.488.655	38,49
TOTAL GERAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 203.965.072 ações ordinárias.

25. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos períodos com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	1º Trimestre	
	2017	2016
NUMERADOR		
Lucro líquido do período	24.632	1.423
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.934.060
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	0,12	0,01

No primeiro trimestre de 2017 e de 2016 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

26. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	1º Trimestre	
	2017	2016
Fornecimento/Suprimento (nota 27)	4.242.620	4.726.962
Arrendamentos, aluguéis e outras	19.268	14.626
Receita de Uso da Rede	224.438	208.709
Receita de construção	136.819	320.573
Renda de prestação de serviço	23.630	23.062
Subvenção CDE	40.329	31.618
Serviço taxado	1.387	1.409
Valor justo do ativo indenizável da concessão (Nota 10)	29.257	57.587
Receita não faturada - Aportes da Conta ACR e CCRBT (Nota 9)	12.280	5.167
Ativos e passivos financeiros do setor - Receita não faturada (Nota 9)	(89.236)	(644.309)
RECEITA BRUTA	4.640.792	4.745.404
ICMS	(1.051.691)	(1.182.531)
PIS / COFINS	(409.017)	(403.565)
Outros	(2.063)	(1.359)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(1.462.771)	(1.587.455)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(369.343)	(424.266)
Reserva Global de Reversão - RGR	883	(2.676)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(2.529)	(2.889)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(5.059)	(5.781)
Eficiência Energética - PEE	(11.013)	(12.895)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(5.059)	(5.781)
Obrigações Especiais	(75.685)	(89.542)
Outros encargos - Proinfra	(7.787)	(4.256)
Outros encargos	(7.976)	(9.815)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(483.568)	(557.901)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(1.946.339)	(2.145.356)
RECEITA LÍQUIDA	2.694.453	2.600.048

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita bruta é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de uso da rede, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia.

A receita da Light SESA é composta por mais de 4 milhões de consumidores, sendo que é bastante pulverizada e não possui concentração em poucos consumidores. As tarifas são determinadas pela Aneel e é aplicada para cada classe de consumidor.

A receita da Companhia possui certo grau de sazonalidade em função da variação da temperatura na sua área de concessão. O faturamento aumenta nos períodos que apresentam maiores temperaturas.

As obrigações especiais referem-se a receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos cobrada dos consumidores, no montante de R\$11.749 no primeiro trimestre de 2017 (R\$17.255 no primeiro trimestre de 2016), e ao diferencial tarifário relativo ao tratamento especial das perdas não técnicas da área de concessão da Light SESA, no montante de R\$63.936 no primeiro trimestre de 2017 (R\$72.287 no primeiro trimestre de 2016), que, embora sejam faturados aos consumidores, não impactam a receita líquida da Companhia.

A partir de março de 2017, com a assinatura do 5º termo aditivo do contrato de concessão, os valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, anteriormente registrados como obrigações especiais, passaram a ser contabilizados como passivos financeiros setoriais, e serão atualizados mensalmente pela taxa Selic, devendo ser subtraídos da tarifa no próximo reajuste tarifário.

27. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado					
	1º Trimestre					
	N.º de Contas faturadas ^(a) ^(b)		GWh ^(b)		R\$	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Residencial	4.041.483	3.966.994	2.908	2.502	1.526.514	1.564.985
Industrial	6.986	7.282	230	288	91.137	141.107
Comércio, serviços e outras	325.617	328.123	1.849	2.021	897.343	1.163.522
Rural	12.199	12.136	18	19	1.801	2.240
Poder público	12.211	11.913	405	394	203.930	243.344
Iluminação pública	656	742	183	183	52.054	54.973
Serviço público	1.629	1.587	300	294	102.024	125.610
Consumo próprio	460	458	30	30	-	-
FORNECIMENTO FATURADO	4.401.241	4.329.235	5.923	5.731	2.874.803	3.295.781
ICMS	-	-	-	-	1.026.136	1.166.617
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(9.653)	(4.262)
TOTAL FORNECIMENTO ^(c)	4.401.241	4.329.235	5.923	5.731	3.891.286	4.458.136
Comercialização de energia/outros	-	-	1.025	1.175	343.078	268.826
Energia de curto prazo	-	-	177	-	8.256	-
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	1.202	1.175	351.334	268.826
TOTAL GERAL	4.401.241	4.329.235	7.125	6.906	4.242.620	4.726.962

^(a) Não revisadas pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em março, com e sem consumo

^(c) Light SESA

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS	Consolidado					
	1º Trimestre					
	CUSTOS				DESPESAS	
	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pessoal e administradores	-	-	(58.219)	(46.557)	(36.589)	(41.192)
Materiais	-	-	(18.875)	(3.535)	(44)	(11.511)
Serviços de Terceiros	-	-	(92.665)	(89.985)	(39.470)	(40.045)
Energia elétrica comprada para revenda (nota 29)	(1.664.403)	(1.568.137)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(120.735)	(107.906)	(7.488)	(14.064)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	-	-	-	-	(105.945)	(47.018)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais/ êxito/ depósitos judiciais/ PDV	-	-	-	-	(35.459)	(32.203)
Custo de construção	-	-	(136.819)	(320.573)	-	-
Multa por violação de indicadores de continuidade	-	-	-	-	(18.378)	(18.918)
Outras receitas e despesas / custos	-	-	16.085	17.910	(12.911)	23.858
TOTAL	(1.664.403)	(1.568.137)	(411.228)	(550.646)	(256.284)	(181.093)

29. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado			
	1º Trimestre			
	GWh ^(a)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Encargos de conexão	-	-	(4.194)	(2.860)
Encargos uso da Rede Distribuição - CUSD	-	-	(703)	(608)
Energia de Curto Prazo (Spot)	935	180	(193.747)	2.794
Encargos Uso da Rede	-	-	(88.273)	(75.541)
UTE Norte Fluminense	1.567	1.601	(355.434)	(427.362)
Itaipu - Binacional	1.269	1.283	(240.268)	(273.271)
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	(6.431)	(6.276)
O.N.S.	-	-	(6.041)	(6.345)
PROINFA	117	123	(37.525)	(47.275)
ESS	-	-	(42.055)	(119.458)
Outros contratos e Leilão de Energia	4.795	4.949	(847.188)	(785.117)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	157.456	173.182
TOTAL	8.683	8.136	(1.664.403)	(1.568.137)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	1º Trimestre	
	2017	2016 Reapresentado
RECEITA		
Juros sobre parcelamento de débitos	13.499	12.207
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	9.295	11.837
Atualização de depósitos judiciais	1.681	4.938
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (nota 9)	5.112	33.976
Outras receitas financeiras	4.650	15.839
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	34.237	78.797
DESPESA		
Atualização de provisão para contingências e honorários de êxito	(7.553)	(9.255)
Despesas com passivos tributários	(9.224)	(10.212)
Encargos de dívida	(176.372)	(171.651)
Variação cambial e monetária	24.052	149.678
Operações de swap	(138.166)	(222.294)
Variação cambial sobre faturas de energia	1.998	28.719
Outras despesas financeiras	(7.288)	(272)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(312.553)	(235.287)
RESULTADO FINANCEIRO	(278.316)	(156.490)

Em 1º de abril de 2015, foi publicado o Decreto nº 8.426/15, que revogou o Decreto nº 5.442/05 e majorou a alíquota do PIS/COFINS sobre as receitas financeiras para 4,65% a partir de 1º de julho de 2015. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 8.451, de 19 de maio de 2015, o qual, entre outras medidas, manteve em zero a alíquota especificamente para as receitas registradas em razão da variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e operações hedge. A Companhia está recolhendo o PIS/COFINS sobre as receitas financeiras, exceto sobre as receitas de operações de *swap* e as receitas das atualizações oriundas do Contrato de Concessão que são excluídas pela Lei 12.973/2014.

31. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	1º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	24.632	1.423	46.477	43.083
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(8.375)	(484)	(15.802)	(14.648)
Equivalência patrimonial	9.337	1.575	(4.602)	(29.033)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02	(855)	(1.180)	(855)	(1.180)
Incentivos Fiscais ^(a)	-	-	75	1.163
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(107)	89	(661)	2.038
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-	-	(21.845)	(41.660)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	(61.623)	(107.300)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	39.778	65.640

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), que possibilita a aplicação de até 4% do Imposto de Renda devido em ações culturais.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Controladora			
	31.03.2017		31.12.2016	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVO				
Equivalentes de caixa (nota 4)	1.681	1.681	6.182	6.182
Serviços prestados a receber	134	134	108	108
Outros créditos	707	707	838	838
TOTAL	2.522	2.522	7.128	7.128
PASSIVO				
Fornecedores	406	406	249	249
Outros débitos	823	823	816	816
TOTAL	1.229	1.229	1.065	1.065

ATIVO	Consolidado			
	31.03.2017		31.12.2016	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Equivalentes de caixa (nota 4)	679.308	679.308	634.191	634.191
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	16.407	16.407	13.467	13.467
Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e Clientes (nota 6)	3.024.530	3.024.530	2.689.939	2.689.939
Serviços prestados a receber	73.504	73.504	89.412	89.412
Swaps	11.475	11.475	184.252	184.252
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	3.190.327	3.190.327	3.234.339	3.234.339
Outros créditos (nota 11)	255.592	255.592	212.927	212.927
TOTAL	7.251.143	7.251.143	7.058.527	7.058.527
PASSIVO				
Fornecedores (nota 15)	1.393.877	1.393.877	1.341.800	1.341.800
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	3.376.698	3.326.698	3.438.739	3.250.248
Debêntures (nota 18)	3.566.100	3.451.234	3.505.020	3.203.296
Passivos financeiros do setor (nota 9)	608.825	608.825	524.701	524.701
Swaps	133.900	133.900	93.653	93.653
Outros débitos (nota 22)	590.745	590.745	668.682	668.682
TOTAL	9.670.145	9.505.279	9.572.595	9.082.380

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estão identificadas nessa nota explicativa.

- Equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

- Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e outros títulos de liquidez imediata, são classificadas como “mantidas para negociação”, mensuradas a valor justo por meio de resultado.

- Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e Clientes

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- Serviços prestados a receber

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas quando aplicável.

- Passivos financeiros do setor

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos dos correspondentes encargos, atualizações monetárias e sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- Ativo financeiro de concessões

São classificados como “disponíveis para venda”, mensurados pelo seu valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, as variações para registro ao valor justo são reconhecidas na receita operacional líquida.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço. Estes saldos estão classificados como outros passivos financeiros ao custo amortizado e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados ao custo amortizado. O valor justo, para fins de divulgação, foi calculado utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. O valor justo para o financiamento do BNDES é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “outros passivos financeiros ao custo amortizado”.

- Outros créditos e outros débitos

Outros créditos e outros débitos, classificados como “empréstimos e recebíveis” e “outros passivos financeiros ao custo amortizado”, são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- Swaps

São mensurados pelo valor justo. A determinação do valor justo foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos e euros) a avaliação do valor nominal (nocial) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros

- BM&FBOVESPA.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

b) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro mais abaixo que a Companhia utiliza o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nocial Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

d) Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Segue abaixo o quadro com a abertura da dívida por moeda e indexador (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31.03.2017		31.12.2016	
	R\$	%	R\$	%
USD	1.255.732	19,0	1.472.009	22,1
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	1.255.732	19,0	1.472.009	22,1
CDI	3.504.299	53,2	3.305.678	49,4
IPCA	600.000	9,1	600.000	9,0
TJLP	719.562	10,9	895.497	13,5
Outros	512.291	7,8	400.223	6,0
TOTAL - MOEDA NACIONAL	5.336.152	81,0	5.201.398	77,9
TOTAL	6.591.884	100,0	6.673.407	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada a dívida é de 0,54% do total da dívida em moeda estrangeira (0,67% em 31 de dezembro de 2016).

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

- Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131, junto ao BNP, Citibank, Itaú, Bank Tokyo e China Construction Bank, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Principal R\$ 31.03.2017	Valor Nominal US\$ 31.03.2017	Swap (accrual) R\$ 31.03.2017	Swap valor justo (contábil) R\$ 31.03.2017	Valor Justo x Accrual 31.03.2017
Bank Tokyo	Light SESA	US\$	US\$ + 2,85%	CDI + 0,88%	24.11.2014	21.11.2017	63.541	20.055	12.136	11.475	(661)
Citibank	Light SESA	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	05.11.2018	106.079	33.480	(1.592)	(9.890)	(8.298)
Citibank	Light SESA	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	03.05.2019	106.079	33.480	(1.592)	(11.485)	(9.893)
Citibank	Light SESA	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	04.11.2019	106.079	33.480	(1.592)	(7.101)	(5.509)
Citibank	Light SESA	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 1,15%	03.02.2017	03.05.2018	318.237	100.441	(4.776)	(8.486)	(3.710)
Citibank	Light Energia	US\$	Libor + 2,06%	CDI + 3,50%	03.02.2017	05.02.2018	74.249	23.434	(1.236)	(2.841)	(1.605)
Citibank	Light Energia	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	03.05.2018	74.249	23.434	(1.236)	(3.480)	(2.244)
Citibank	Light Energia	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	03.11.2017	74.249	23.434	(1.236)	(2.600)	(1.364)
Itaú	Light Energia	US\$	US\$ + 3,54%	CDI + 5,03%	09.12.2016	05.06.2018	103.836	32.773	(7.235)	(8.508)	(1.273)
BNP	Light SESA	US\$	US\$ + 4,07%	CDI + 1,90%	01.04.2015	03.04.2017	79.015	24.938	(6.830)	(7.705)	(875)
BMG	Light SESA	US\$	US\$ + 0%	69,80% CDI	22.02.2016	10.10.2017	11.820	3.731	(2.964)	(2.739)	225
BMG / China	Light SESA	US\$	US\$+Libor+3,50%	4,50% + CDI	30.09.2016	16.09.2019	121.698	38.410	(2.894)	(3.588)	(694)
TOTAL							1.239.131	391.090	(21.047)	(56.948)	(35.901)

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Principal R\$ 31.12.2016	Valor Nominal US\$ 31.12.2016	Swap (accrual) R\$ 31.12.2016	Swap valor justo (contábil) R\$ 31.12.2016	Valor Justo x Accrual 31.12.2016
Bank Tokyo	Light SESA	US\$	US\$ + 3,65%	CDI + 4,00%	17.03.2016	22.03.2017	20.386	6.255	(2.485)	(2.670)	(185)
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	108.928	33.423	62.634	20.452	(42.182)
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	108.928	33.423	20.847	20.452	(395)
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	108.928	33.423	20.847	20.452	(395)
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,51%	CDI + 1,15%	25.02.2014	26.02.2018	326.671	100.234	20.847	60.835	39.988
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor + 1,60%	CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2017	87.435	26.828	15.867	15.297	(570)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor + 1,60%	CDI + 1,10%	02.10.2012	02.10.2017	87.435	26.828	15.867	15.297	(570)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor + 1,60%	CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2018	87.435	26.828	15.867	15.297	(570)
Itaú	Light Energia	US\$	US\$ + 3,54%	CDI + 5,03%	09.12.2016	05.06.2018	128.189	39.333	(4.988)	(5.753)	(765)
Bank Tokyo	Light SESA	US\$	US\$ + 2,85%	CDI + 0,88%	24.11.2014	21.11.2017	65.370	20.058	13.917	13.626	(291)
Itaú	Light SESA	US\$	US\$ + 2,53%	CDI + 3,50%	15.12.2015	15.02.2017	8.218	2.522	(1.565)	(1.619)	(54)
Santander	Light SESA	US\$	US\$ + 3,98%	129,95% CDI	02.02.2016	01.02.2017	102.756	31.529	(31.017)	(36.327)	(5.310)
BNP	Light SESA	US\$	US\$ + 4,07%	CDI+1,90%	01.04.2015	03.04.2017	80.587	24.727	(2.000)	(2.529)	(529)
BMG	Light SESA	US\$	US\$ + 0%	69,80% CDI	22.02.2016	10.10.2017	18.222	5.591	(2.326)	2.158	4.484
BMG / China	Light SESA	US\$	US\$+Libor+3,50%	4,50% + CDI	30.09.2016	16.09.2019	126.564	38.834	221	386	165
TOTAL							1.466.052	449.836	142.533	135.354	(7.179)

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de março de 2017, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de março de 2018. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de março de 2017. É importante salientar

que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da Taxa de Câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&FBOVESPA (em 05 de maio de 2017), BNDES (em 05 de maio de 2017), FOCUS (em 05 de maio de 2017).

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$			
				Provável Cenário (I)	Cenário (II) - 25%	Cenário (III) - 50%	
PASSIVOS FINANCEIROS				(112.413)	231.894	576.201	
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	42.034	(11.837)	24.417	60.671	
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(34.903)	9.829	(20.275)	(50.379)	
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	29.173	(8.215)	16.947	42.109	
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(24.468)	6.890	(14.213)	(35.317)	
4131 Citibank 2017	Light SESA	US\$	200.882	(56.568)	116.692	289.953	
4131 Bank Tokyo 2014	Light SESA	US\$	20.055	(5.647)	11.650	28.947	
4131 Bank BNP 2015	Light SESA	US\$	24.938	(7.023)	14.487	35.996	
4131 China Construction Bank	Light SESA	US\$	38.410	(10.816)	22.312	55.441	
4131 Citibank 2017	Light Energia	US\$	70.303	(19.797)	40.839	101.476	
4131 Itaú 2016	Light Energia	US\$	32.773	(9.229)	19.038	47.304	
DERIVATIVOS				129.132	(266.382)	(661.897)	
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light SESA	US\$	355.492	100.106	(206.505)	(513.117)	
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light Energia	US\$	103.076	29.026	(59.877)	(148.780)	
TOTAL DE GANHO (PERDA)				16.719	(34.488)	(85.696)	
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					-25%	-50%	
Cotação R\$/US\$ (em 31.03.2018)					3,45	2,59	1,73

Diante do quadro acima, é possível identificar proteção para toda a dívida em moeda estrangeira (considerando os próximos 24 meses), sem considerar os saldos de depósito caução. No entanto, considerando os saldos de depósito caução, a Companhia apresenta um saldo de dívida inferior ao montante atrelado aos derivativos, tendo impacto negativo no seu resultado quando a cotação R\$/US\$ apresenta queda.

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Instituição	Controlada	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Principal R\$ 31.03.2017	Valor Ncional US\$ 31.03.2017	Swap (accrual) R\$ 31.03.2017	Swap valor justo (contábil) R\$ 31.03.2017	Valor Justo x Accrual 31.03.2017
HSBC	Light SESA	CDI + 0,85%	101,9% CDI + (TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	58.942	18.603	(392)	(171)	221
BMG	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	846.072	267.034	(13.576)	(54.586)	(41.010)
PLURAL	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	211.518	66.759	(3.394)	(10.720)	(7.326)
TOTAL						1.116.532	352.396	(17.362)	(65.477)	(48.115)

Instituição	Controlada	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Principal R\$ 31.12.2016	Valor Ncional US\$ 31.12.2016	Swap (accrual) R\$ 31.12.2016	Swap valor justo (contábil) R\$ 31.12.2016	Valor Justo x Accrual 31.12.2016
HSBC	Light SESA	CDI + 0,85%	101,9% CDI + (TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	356	112	(356)	(167)	189
BMG	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	846.072	267.034	(14.269)	(36.690)	(22.421)
PLURAL	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	211.518	66.759	(3.567)	(7.898)	(4.331)
TOTAL						1.057.946	333.905	(18.192)	(44.755)	(26.563)

O swap de juros contratado com o banco HSBC na controlada Light SESA está associado ao vencimento da CCB junto ao Bradesco.

As operações de swap com o BMG e com o banco Plural estão associadas com a 9ª emissão de debêntures da controlada Light SESA junto ao Banco do Brasil. O objetivo da operação foi: (i) hedge com a receita, pois parte dos reajustes das tarifas são corrigidas pelo IPCA; (ii) reforço de capital de giro, pois no período de carência das debêntures a Companhia receberá os recursos para a amortização dos juros atrelados ao CDI; e (iii) redução da concentração de dívida atrelada ao CDI.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de março de 2018. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de março de 2017. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&FBOVESPA (em 05 de maio de 2017), BNDES (em 05 de maio de 2017), FOCUS (em 05 de maio de 2017).

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS			(17.284)	(3.593)	10.097
Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários ^(a)		CDI	(17.284)	(3.593)	10.097
PASSIVOS FINANCEIROS			121.518	(338)	(121.455)
TN - Discount Bond	Light SESA	Libor6M	-	(326)	(653)
4131 Citibank 2017	Light SESA	Libor3M	-	(1.879)	(3.762)
4131 China Construction Bank	Light SESA	Libor3M	-	(368)	(736)
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	CDI	4.896	1.019	(2.866)
CCB CEF 2016	Light SESA	CDI	1.911	397	(1.116)
CCB Bradesco 2016	Light SESA	CDI	5.131	1.066	(2.997)
CCB - IBM (1ª liberação)	Light SESA	CDI	279	58	(163)
CCB - IBM (2ª liberação)	Light SESA	CDI	72	15	(42)
CCB - IBM (3ª liberação)	Light SESA	CDI	136	28	(79)
CCB - Santander 2017	Light SESA	CDI	3.746	778	(2.188)
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light SESA	TJLP	11	(34)	(77)
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light SESA	TJLP	11	(36)	(80)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	TJLP	7	(17)	(43)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	TJLP	362	(1.021)	(2.312)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	TJLP	422	(1.218)	(2.728)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	TJLP	422	(1.292)	(2.817)
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	TJLP	641	(1.916)	(4.224)
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	SELIC	2.595	783	(851)
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	TJLP	13	(39)	(86)
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	TJLP	40	7	(26)
BNDES - CAPEX 2015/16 SUB A	Light SESA	TJLP	717	(1.793)	(4.305)
BNDES - CAPEX 2015/16 SUB B	Light SESA	SELIC	5.168	2.000	(1.167)
BNDES - CAPEX 2015/16 SUB C	Light SESA	TJLP	333	(833)	(2.000)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	TJLP	75	(221)	(491)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	TJLP	75	(234)	(507)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	SELIC	435	168	(98)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	TJLP	55	(163)	(363)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	TJLP	55	(174)	(376)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	SELIC	323	125	(73)
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	CDI	3.053	634	(1.783)
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	CDI	12.044	2.504	(7.036)
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	CDI	30.959	6.436	(18.086)
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	IPCA	(3.716)	(12.628)	(21.541)
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	CDI	26.935	5.608	(15.784)
Debêntures 11ª Emissão	Light SESA	CDI	3.340	694	(1.951)
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light Energia	TJLP	1	(1)	(3)
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light Energia	TJLP	1	(1)	(3)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light Energia	TJLP	22	(61)	(140)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light Energia	TJLP	13	(36)	(83)
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	CDI	9.513	1.977	(5.557)
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	CDI	769	159	(449)
Debêntures 4ª Emissão	Light Energia	CDI	2.744	570	(1.603)
CCB - BNP PARIBAS	Light Energia	CDI	4.187	124	(3.342)
CCB Santander 2017	Light Energia	CDI	1.456	43	(1.161)
Nota Promissória - 2ª NP	Light Energia	CDI	1.852 #	385 #	(1.082)
4131 Citibank 2017	Light Energia	Libor 3M	-	(658)	(1.317)
4131 Itaú - 2016	Light Energia	Libor 3M	-	(310)	(620)
BNDES - Proj Lajes - SUB A	Lajes Energia	TJLP	81	(245)	(538)
BNDES - Proj Lajes - SUB B	Lajes Energia	TJLP	64	(192)	(423)
BNDES - Proj Lajes	Lajes Energia	TJLP	25	(76)	(167)
BNDES - SP Market 2012	Light Esco	TJLP	4	(11)	(26)
BNDES - Coca-Cola 2013 Sub A	Light Esco	TJLP	96	273	(611)
BNDES - Coca-Cola 2013 Sub B	Light Esco	TJLP	84	(236)	(535)
BNDES - Coca-Cola 2013 Sub C	Light Esco	TJLP	14	(40)	(91)
BNDES - Nova América 2013 Sub A	Light Esco	TJLP	23	(65)	(147)
BNDES - Nova América 2013 Sub B	Light Esco	TJLP	5	(13)	(30)
BNDES - Nova América 2013 Sub C	Light Esco	TJLP	6	(16)	(37)
BNDES - Hotel HSC 2014 Sub B	Light Esco	TJLP	-	(1)	(3)
BNDES - Hotel HSC 2014 Sub C	Light Esco	TJLP	2	(6)	(14)
BNDES - Iguatemi Caxias 2014 Sub B	Light Esco	TJLP	1	(3)	(6)
BNDES - Norte Shopping 2014 Sub A	Light Esco	TJLP	7	(21)	(48)
BNDES - Leblon 2015 Sub A	Light Esco	TJLP	2	(5)	(12)
DERIVATIVOS			66.330	952	(64.403)
Swaps de moedas (ponta passiva) ^(a)		CDI	39.602	8.231	(23.119)
Swap de taxas (ponta ativa) ^(a)		Libor3M	-	2.840	5.681
Swap de taxas (ponta ativa) ^(a)		Libor6M	3	329	656
Swap de taxas (ponta ativa) ^(a)		CDI	31.742	6.599	(18.544)
Swap de taxas (ponta passiva) ^(a)		IPCA	(5.017)	(17.047)	(29.077)
TOTAL DE PERDA			170.564	(2.979)	(175.761)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
CDI (% em 31.03.2018)			9,22%	11,53%	13,83%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
CDI (% em 31.03.2018)			9,22%	11,53%	13,83%
TJLP (% em 31.03.2018)			7,00%	8,75%	10,50%
IPCA (% em 31.03.2018)			4,22%	5,28%	6,33%
Selic (% em 31.03.2018)			8,63%	10,79%	12,95%
Libor 3M (% em 31.03.2018)			1,16%	1,45%	1,74%
Libor 6M (% em 31.03.2018)			1,40%	1,75%	2,10%

(a) Inclui as controladas do grupo Light

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 17 e 18.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros (*covenants*).

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$971.210 (R\$1.258.928 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida, conforme descrito na nota explicativa 17, assim como espera uma maior geração operacional de caixa a partir da revisão tarifária periódica, ocorrida a partir de 15 de março de 2017, que resultou em um aumento

médio das contas de energia elétrica de 10,45%. A Administração entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo. Cabe destacar, também, que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$210.184 no primeiro trimestre de 2017 (R\$625.813 no primeiro trimestre de 2016), o que contribuiu para uma amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures superior à captação no primeiro trimestre de 2017 no montante de R\$49.122 (R\$253.866 no primeiro trimestre de 2016). Diante deste cenário, a Companhia entende que não existe incerteza material que coloque em dúvida a continuidade operacional.

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	A-	-	06.06.2016
S&P	brBBB+/brA-3	-	31.03.2017
Moody's	Baa1.br	B1	05.05.2017

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Dentro do processo normal de compra de energia e contratos de uso do sistema de transmissão, foram dados como garantia, principalmente em leilões de energia, no ambiente de comercialização regulado (ACR), conforme previstos nos contratos, recebíveis futuros da controlada Light SESA, no montante de R\$351.072, em 31 de março de 2017 (R\$369.469 em 31 de dezembro de 2016).

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Consolidado					
Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(377.361)	(1.290.906)	(5.005.359)	(2.518.019)	(9.191.645)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(138.596)	(140.590)	(243.543)	(37.912)	(560.641)
Fornecedores	(1.393.877)	-	-	-	(1.393.877)
Swap	11.861	(51.697)	150.245	-	110.409
Total	(1.897.973)	(1.483.193)	(5.098.657)	(2.555.931)	(11.035.754)

- Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia consiste de contratos de Itaipu, PROINFA, cotas de garantia física - CCGF, cotas de Angra 1 e 2 e contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado – CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de cinco e três anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo às tarifas. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado e (vi) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

A diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade, dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A crise econômica, a temperatura, a migração de clientes especiais para o mercado livre e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado e, considerando que o nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos, a Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 106,2%. Embora este nível de contratação ainda possa ser ajustado e ficar abaixo de 105% do nível de contratação caso determinados fatores sejam considerados involuntários pelo órgão regulador, a Companhia não reconheceu como ativo financeiro do setor, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$29.500 referente a este possível repasse à tarifa, uma vez que este assunto ainda está sendo discutido com a Aneel. O valor atualizado, em 31 de março de 2017, é de R\$30.422.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. Efeito semelhante ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que ocasionalmente acaba gerando a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

A Companhia estima que o nível de contratação para o ano de 2017 ficará entre 100 e 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Light SESA.

b) Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento.

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	6.942.798	6.943.759
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	685.721	668.304
Dívida Líquida (A)	6.257.077	6.275.455
Patrimônio Líquido (B)	3.385.181	3.353.796
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	65%	65%

c) Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

	Consolidado			
	Mensuração do Valor Justo			
	31.03.2017	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	16.407	13.504	2.903	-
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	3.190.327	-	-	3.190.327
Swaps	11.475	-	11.475	-
TOTAL	3.218.209	13.504	14.378	3.190.327
PASSIVO				
Swaps	133.900	-	133.900	-
TOTAL	133.900	-	133.900	-

	Consolidado			
	Mensuração do Valor Justo			
	31.12.2016	Mercados idênticos Nível 1 Reapresentado	Mercados similares Nível 2 Reapresentado	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	13.467	10.684	2.783	-
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	3.234.339	-	-	3.234.339
Swaps	184.252	-	184.252	-
TOTAL	3.432.058	10.684	187.035	3.234.339
PASSIVO				
Swaps	93.653	-	93.653	-
TOTAL	93.653	-	93.653	-

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como disponível para venda, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados, assim como as premissas, na nota explicativa 10.

33. SEGUROS

Em 31 de março de 2017, o grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial – Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional – Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2016	10.08.2017	40.350	136
Responsabilidade Civil e Geral	31.10.2016	31.10.2017	20.000	910
Riscos Operacionais ^(a)	31.10.2016	31.10.2017	6.847.100	3.531

^(a) Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

^(a) Valor Total em Risco de R\$6.847.100

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de energia e outros (inclusive a holding). As eliminações compreendem os saldos, transações entre os segmentos. A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes. A Companhia não possui nenhum cliente que corresponda a mais que 10% da receita ou contas a receber, bem como opera apenas no Brasil.

As informações por segmento para os trimestres findos em 31 de março de 2017 e de 2016 e posições patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.03.2017
Ativos :							
Ativo circulante	3.385.767	263.791	58.087	146.155	10.957	(77.003)	3.787.754
Outros ativos não circulantes	4.537.748	121.932	88.976	2.900	1.866	(120.000)	4.633.422
Investimento	24.225	313.116	-	-	3.385.504	(3.036.271)	686.574
Imobilizado	224.914	1.292.450	56.965	356	33.294	-	1.607.979
Intangível	3.754.529	5.391	1.673	63	3.617	-	3.765.273
TOTAL DOS ATIVOS	11.927.183	1.996.680	205.701	149.474	3.435.238	(3.233.274)	14.481.002
Passivos e Patrimônio Líquido:							
Passivo circulante	3.634.157	1.043.095	23.850	126.176	8.689	(77.003)	4.758.964
Passivo não circulante	5.839.830	574.466	39.168	-	3.393	(120.000)	6.336.857
Patrimônio líquido	2.453.196	379.119	142.683	23.298	3.423.156	(3.036.271)	3.385.181
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.927.183	1.996.680	205.701	149.474	3.435.238	(3.233.274)	14.481.002

	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2016
Ativos :							
Ativo circulante	3.276.435	202.356	59.164	128.534	15.992	(70.004)	3.612.477
Outros ativos não circulantes	4.567.019	137.211	89.550	2.727	1.880	(120.000)	4.678.387
Investimento	24.323	305.746	-	-	3.348.880	(3.014.509)	664.440
Imobilizado	248.497	1.298.057	58.334	356	33.197	-	1.638.441
Intangível	3.725.571	5.644	1.720	63	3.486	-	3.736.484
TOTAL DOS ATIVOS	11.841.845	1.949.014	208.768	131.680	3.403.435	(3.204.513)	14.330.229
Passivos e Patrimônio Líquido:							
Passivo circulante	3.848.496	945.950	26.155	112.549	8.259	(70.004)	4.871.405
Passivo não circulante	5.507.323	673.360	41.037	-	3.308	(120.000)	6.105.028
Patrimônio líquido	2.486.026	329.704	141.576	19.131	3.391.868	(3.014.509)	3.353.796
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.841.845	1.949.014	208.768	131.680	3.403.435	(3.204.513)	14.330.229

Resultados por segmento:

1º Trimestre de 2017	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2016
RECEITA LÍQUIDA	2.400.894	166.984	14.864	268.942	-	(157.231)	2.694.453
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(2.217.572)	(34.651)	(14.646)	(243.490)	(2.997)	157.231	(2.356.125)
Equivalência Patrimonial	-	(12.986)	-	-	26.914	(27.463)	(13.535)
RESULTADO FINANCEIRO	(232.185)	(48.236)	1.491	544	70	-	(278.316)
Receita Financeira	29.102	6.477	2.638	1.116	88	(5.184)	34.237
Despesa Financeira	(261.287)	(54.713)	(1.147)	(572)	(18)	5.184	(312.553)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(48.863)	71.111	1.709	25.996	23.987	(27.463)	46.477
Contribuição Social	4.238	(7.559)	(161)	(2.339)	-	-	(5.821)
Imposto de Renda	11.795	(20.891)	(438)	(6.490)	-	-	(16.024)
RESULTADO LÍQUIDO	(32.830)	42.661	1.110	17.167	23.987	(27.463)	24.632

1º Trimestre de 2016	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	2.376.635	146.701	12.529	224.173	1.234	(161.224)	2.600.048
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(2.220.469)	(41.284)	(16.035)	(193.231)	(5.288)	161.224	(2.315.083)
Equivalência Patrimonial	-	(86.025)	-	-	5.264	(4.631)	(85.392)
RESULTADO FINANCEIRO	(132.522)	(31.700)	6.532	929	271	-	(156.490)
Receita Financeira	63.351	5.913	7.740	1.040	789	(36)	78.797
Despesa Financeira	(195.873)	(37.613)	(1.208)	(111)	(518)	36	(235.287)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	23.644	(12.308)	3.026	31.871	1.481	(4.631)	43.083
Contribuição Social	(2.134)	(6.562)	308	(2.932)	(20)	-	(11.340)
Imposto de Renda	(5.017)	(18.186)	855	(7.936)	(36)	-	(30.320)
RESULTADO LÍQUIDO	16.493	(37.056)	4.189	21.003	1.425	(4.631)	1.423

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante o primeiro trimestre de 2017 e de 2016, a Companhia realizou as atividades de investimento e financiamento abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	1º Trimestre	
	2017	2016
Encargos financeiros capitalizados (imobilizado e intangível)	12.575	9.252
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	85.050	31.015
Receita de construção (DVA)	145.217	332.279

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital na controlada em conjunto indireta Renova Energia

Em 03 e 20 de abril de 2017, a controlada Light Energia efetuou aportes no montante de R\$10.150 e R\$7.850, respectivamente, na Renova Energia.

b) Celebração do contrato para alienação dos parques eólicos entre a controlada em conjunto indireta Renova Energia e AES Tietê

Em 18 de abril de 2017, a Renova Energia celebrou Contrato de Compra de Ações com a AES Tietê para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II ("Alto Sertão II"), que possui uma capacidade instalada de 386 MW.

O preço base da transação é de R\$600.000 e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico ("SPEs") que compõem o Alto Sertão II. O Preço estará sujeito a ajustes caso sejam satisfeitas determinadas condições da Transação. A

conclusão da transação depende ainda de certas condições precedentes, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

c) Aumento de capital na controlada em conjunto Guanhães Energia

Em 19 de abril de 2017, a controlada Light Energia, efetuou aporte no montante de R\$2.533 na controlada em conjunto Guanhães Energia.

d) 5ª Emissão de Debêntures da controlada Light Energia

Em 05 de abril de 2017, ocorreu a 5ª Emissão de Debêntures da Light Energia, no valor de R\$150.000. A dívida vence em 30 de setembro de 2018 e tem taxa de juros de CDI + 4,10% a.a.

e) Revisão da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Pereira Passos, Fontes Nova e Santa Branca

A garantia física das usinas da controlada Light Energia citadas acima foi revisada através da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 178, de 03 de maio de 2017, resultando em uma redução de 16,35 MWm ou 2,57%. Os novos valores de garantia física das usinas hidrelétricas passam a vigorar a partir de 01 janeiro de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**EFETIVOS**

Nelson José Hubner Moreira

Sérgio Gomes Malta

Mauro Borges Lemos

Marcello Lignani Siqueira

Marco Antônio de Rezende Teixeira

Ana Marta Horta Veloso

Edson Rogério da Costa

Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior

Ricardo Reisen de Pinho

Silvio Artur Meira Starling

Carlos Alberto da Cruz

SUPLENTES

Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes

Luis Fernando Paroli Santos

Aline Bracks Ferreira

Andrea Belo Lisboa Dias

Rogério Sobreira Bezerra

Leonardo Tadeu Dallariva Rocha

Júlio Cezar Alves de Oliveira

Ricardo Abrahao Fajnzylber

Marcio Guedes Pereira Junior

Pedro Cláudio Leitão

Magno dos Santos Filho

CONSELHO FISCAL**EFETIVOS**

Edson Machado Monteiro

Izauro dos Santos Callais

Adriana Araújo Ramos

Paulo Roberto Lopes Ricci

Raphael Manhães Martins

SUPLENTES

Ilza Mara Silva Lameira

Leonardo Rodrigues Tavares

Moacir Dias Bicalho Júnior

Francisco Vicente Santana Silva Telles

Bernardo Zito Porto

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Marta Horta Veloso

Diretora Presidente e Diretora de Desenvolvimento de Negócios e
Relações com Investidores (interina)

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes

Diretor de Finanças

Jaconias de Aguiar

Diretor de Gente e Gestão Empresarial

Wilson Couto Oliveira

Diretor Comercial

Fernando Antônio Fagundes Reis

Diretor Jurídico

Luis Fernando de Almeida Guimarães

Diretor de Energia

Ronald Cavalcante de Freitas

Diretor de Comunicação

Dalmer Alves de Souza

Diretor de Engenharia

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Roberto Caixeta Barroso

Superintendente de Controladoria

CPF 013.011.556-83

CRC-MG 078086/O-8

Simone da Silva Cerutti de Azevedo

Contadora - Gerente de Contabilidade

CPF 094.894.347-52

CRC-RJ 103826/O-9

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Light S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes, referentes às demonstrações consolidadas do resultado e do valor adicionado (apresentação requerida pela legislação brasileira para companhias abertas e informação suplementar para fins de IFRS), para o trimestre findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia possui investimento indireto na Norte Energia S.A. que totaliza R\$281.111 mil em 31 de março de 2017 (R\$267.330 mil em 31 de dezembro de 2016) e resultado de equivalência patrimonial que totaliza R\$1.635 mil negativo no período de três meses findos em 31 de março de 2017 (R\$422 mil negativo no período de três meses findos em 31 de março de 2016), respectivamente. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Incerteza significativa que pode levar dúvida à capacidade de continuidade operacional da controlada em conjunto indireta Renova S.A.

Sem modificar nossa conclusão, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 (Entidades do Grupo) e nº 12 (Investimentos) às informações financeiras intermediárias, a controlada em conjunto indireta Renova Energia S.A. – “Renova” apresentava em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016: (i) excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes nos montantes consolidados de R\$1.670.180 mil e de R\$3.211.041 mil, respectivamente e (ii) necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova e de suas controladas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

John Alexander Harold Auton
Contador
CRC 1RJ 078.183/O-2